

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2015

1 - A EMPRESA

Fundada em 8 de março de 1694, a Casa da Moeda do Brasil (CMB) é uma das mais antigas instituições públicas do Brasil. Entre suas atribuições legais estão a fabricação, em regime de exclusividade, de papel moeda, moeda metálica, selos postais, moedas comemorativas, cadernetas de passaporte e as atividades de controle fiscal de que tratam os arts. 27 a 30 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007 (Sistema de Controle de Bebidas – Sicobe), e o art. 58-T da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Sistema de Controle e Rastreamento de Cigarros – Scorpions).

O grau de excelência e o constante investimento em tecnologia possibilitaram à empresa se especializar no fornecimento de soluções de segurança. A Casa da Moeda conta hoje com equipamentos de última geração, com capacidade instalada para fabricação de cerca de 4,2 bilhões de unidades de cédulas e de até 4 bilhões de moedas por ano, em três turnos de trabalho.

Em 2015 a empresa foi reestruturada por unidades de negócio, com o objetivo de torná-la mais competitiva, ágil e eficiente. A segmentação possibilita o atendimento especializado aos clientes e a alocação de recursos mais consciente.

O desempenho da empresa pode ser analisado a partir do incremento observado nos resultados do exercício. O faturamento subiu 11,4% e o lucro líquido, 39,5%; a lucratividade foi de 12,9% e a rentabilidade do patrimônio médio, 15,5%. A CMB vai repassar R\$ 113 milhões para o Governo Federal, sob a forma de dividendos, montante que poderá ser aplicado em diversas iniciativas voltadas ao desenvolvimento do País.

A Casa da Moeda, como empresa responsável, preocupa-se com a proteção da saúde humana, dos recursos naturais e do meio ambiente. Essa preocupação vai além dos limites mínimos estabelecidos em lei. Em 2015, a empresa conquistou as certificações ISO 14001 e OHSAS 18001, além do Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça. Ademais, está trabalhando para receber o selo *Forest Stewardship Council* (FSC).

Nesse contexto, vale registrar a produção das medalhas de premiação dos atletas dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos da Rio 2016, que terão em sua composição uma porcentagem de metal oriundo da reciclagem de equipamentos eletrônicos. A Casa da Moeda é fornecedora oficial dos Jogos e tem um papel importante para a realização do evento: todo o processo de produção de medalhas olímpicas, medalhas paralímpicas, medalhas de participação, diplomas de premiação, certificados de participação e certificados comemorativos será feito pela CMB. Ao todo, serão 4.924 medalhas de premiação e 75.000 de participação.

Uma empresa de história tricentenária precisa se renovar continuamente para manter sua trajetória de ascensão. O exercício de 2015 apresentou desafios que colaboram para posicionar a empresa em um patamar diferenciado de desempenho e visibilidade.

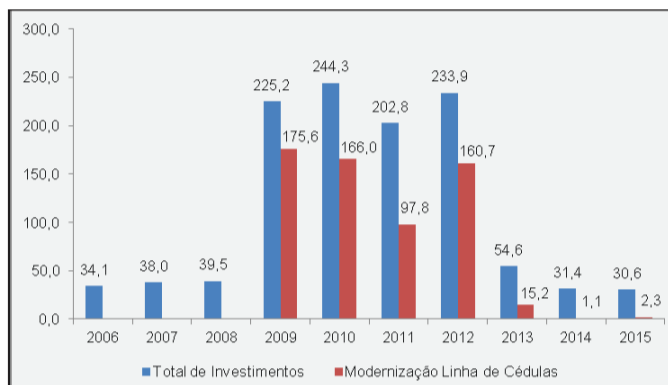
2 - MODERNIZAÇÃO DO PARQUE INDUSTRIAL

A Casa da Moeda do Brasil busca satisfazer as necessidades dos clientes, relacionando especificações, qualidade e prazo de entrega do produto ou serviço às suas expectativas. Para isso, se faz necessário garantir que a tecnologia empregada em processos, produtos e serviços esteja alinhada às tendências do mercado de atuação da empresa.

No exercício de 2015, foram investidos R\$ 18 milhões na aquisição de novos equipamentos e R\$ 12,6 milhões na manutenção e adequação do Parque Fabril, totalizando o montante de R\$ 30,6 milhões pelo regime de competência.

A partir do gráfico a seguir, pode-se depreender que houve um aumento substancial do investimento entre os anos de 2009 e 2012, período em que ocorreu a modernização das linhas de fabricação de cédulas, na ordem de R\$ 600 milhões. Em continuidade a esse projeto de modernização, foram investidos R\$ 18,6 milhões entre 2013 e 2015 na aquisição de equipamentos complementares. Os demais valores foram aplicados na manutenção da infraestrutura do parque industrial.

Desempenho dos Investimentos (R\$ Milhões)



Fonte: Elaborado por DEEMP com dados obtidos junto ao DECOF.

Primando sempre pela qualidade e confiabilidade de seus produtos, a CMB concluiu em 2015 a instalação de um sistema para eliminar as cédulas defeituosas previamente marcadas pelo equipamento de numeração de todas as linhas de produção.

Também está sendo implantado o equipamento "Forno de Atmosfera Controlada a Vácuo", cujo montante investido é de R\$ 1,3 milhão, destinado ao tratamento térmico de cunhos para produção de moedas de circulação, moedas especiais, medalhas e, ainda, ferramentas em geral que requeiram beneficiamento em função do emprego a que se destinam.

Tal equipamento irá promover a substituição paulatina dos tratamentos térmicos, atualmente realizados em banhos de sais de cianeto, eliminando riscos com relação à segurança e à saúde dos operadores, propiciando, também, maior proteção ao meio ambiente. Esta ação viabilizará a ampliação do quantitativo de fornecedores e de tipos de aço a serem adquiridos. Além do mais, o forno contribuirá para o aumento da produtividade dos cunhos para produção de moedas especiais, tendo em vista a preservação da qualidade da superfície das aludidas ferramentas.

3 - MERCADO EXTERNO

Em 2015, foram produzidas e exportadas para a Argentina 104 milhões de cédulas de 100 Pesos, resultando em um faturamento de aproximadamente R\$ 13 milhões. Foram recebidas, ainda, consultas para a produção de cédulas de 20 Pesos e de 100 Pesos argentinos, que, uma vez confirmadas, trarão impacto positivo no faturamento do exercício de 2016.

Ao longo do ano, foram identificadas licitações para a produção do Bolívar na Venezuela e de Pesos na Colômbia. Também houve contato de representante do Panamá que informou a mudança do padrão monetário com previsão de fornecimento para 2016 a 2019, o que pode representar uma oportunidade futura de fornecimento.

Quanto ao mercado de passaportes, aconteceram licitações para Bolívia, Costa Rica e Peru e, por motivos diversos, a CMB ficou impossibilitada de participar. Ocorreu, também, investida para o estabelecimento de contratos com Bahamas e República Centro-Africana nos segmentos de cartões e identificação, respectivamente. A negociação com Bahamas encontra-se em andamento e com a República Centro-Africana foi suspensa devido ao início de guerra no país.

De forma geral, a necessidade de instituição de representante tem figurado como uma condição para viabilizar a participação da empresa em negociações externas para os diversos produtos, considerando que esse agente colabora para o monitoramento das oportunidades de negócio, ou ainda para sua criação. A fim de solucionar a questão, foi instaurada uma Comissão destinada à contratação de representantes legais ou comerciais. Nesse sentido, a recente criação de assessoria internacional também visa promover a prospecção de venda no mercado internacional.

Aproveitando a capacidade instalada, as oportunidades de negócio identificadas e a atual conjuntura econômica com forte desvalorização cambial, a orientação estratégica da empresa para o próximo ano está direcionada à busca de novos mercados.

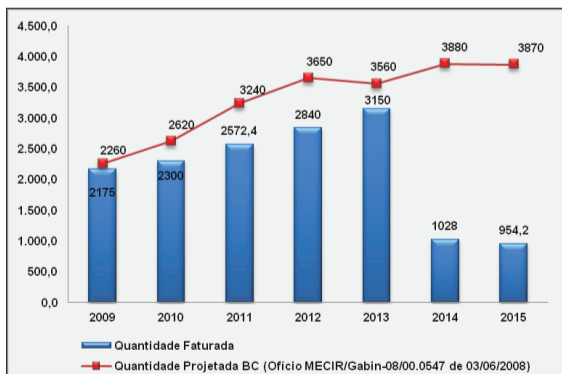
4 - DESEMPENHO OPERACIONAL

A Casa da Moeda modernizou seu parque industrial em função da demanda projetada em 2008 pelo Banco Central e levando em conta a vida útil da nova família de cédulas do Real. Nesse sentido, as linhas de fabricação de cédulas e moedas contam com equipamentos de última geração, com capacidade instalada para fabricação de cerca de 4,2 bilhões de unidades de cédulas e de até 4 bilhões de moedas por ano, em três turnos de trabalho.

O Programa de Produção e Vendas da CMB para o ano de 2015 contemplou, inicialmente, o fornecimento de 1,1 bilhão de cédulas e 776 milhões de moedas para o Banco Central do Brasil.

Na fabricação de cédulas, foram produzidas 954 milhões de unidades, alcançando um índice de realização 86,4% em relação ao quantitativo orçado (queda de 7,2% em relação ao ano anterior). Os principais motivos que culminaram no não cumprimento integral do programa estabelecido estão relacionados a problemas na aquisição ou na qualidade dos insumos adquiridos.

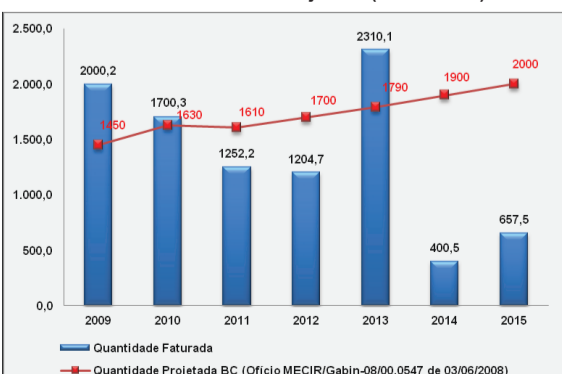
Cédulas – Faturado x Projetado (em milhões)



Fonte: Elaborado por DEEMP com dados obtidos junto à DICEM.

No que tange às moedas nacionais, foram produzidos e vendidos 657 milhões de unidades, o que corresponde a 84,7% do total orçado e confirmado para o exercício (volume superior em 64,2% na comparação com o ano anterior).

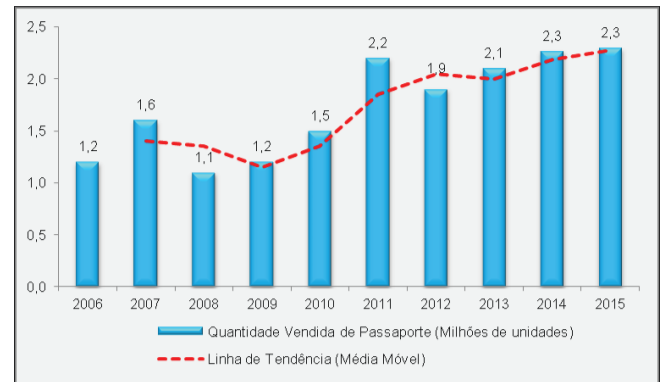
Moedas – Faturado x Projetado (em milhões)



Fonte: Elaborado por DEEMP com dados obtidos junto à DICEM.

Na linha de fabricação de passaportes comuns, a demanda foi de 2,3 milhões de unidades, superior em 1,2% no comparativo com o ano anterior, caracterizando uma tendência de estabilidade, se analisada ano a ano. Ressalta-se que, em julho de 2015, foram produzidos os primeiros passaportes comuns com validade de até 10 anos.

Quantidade Vendida de Passaportes

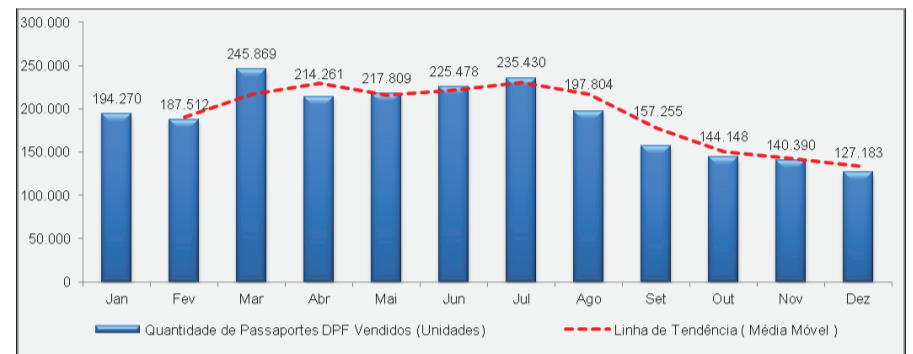


Fonte: Elaborado por DEEMP com dados obtidos junto à DIPIM.

No entanto, verifica-se uma tendência de queda mensal no gráfico de 2015. A partir da série de produção do passaporte comum, não foi verificada, a princípio, correlação significativa com as variáveis econômicas esperadas. A expectativa lógica era de encontrar correlação positiva entre o crescimento do PIB e da população com o volume de passaporte. Quanto ao câmbio, observa-se baixa correlação negativa entre a evolução da taxa de câmbio real e a produção do passaporte.

Com relação à perspectiva da produção, cabe mencionar que o incremento na validade possivelmente influenciará a demanda de passaporte. Contudo, espera-se que os efeitos sejam sentidos significativamente a partir de julho de 2020, quando se encerrará o processo de substituição do modelo antigo dos documentos.

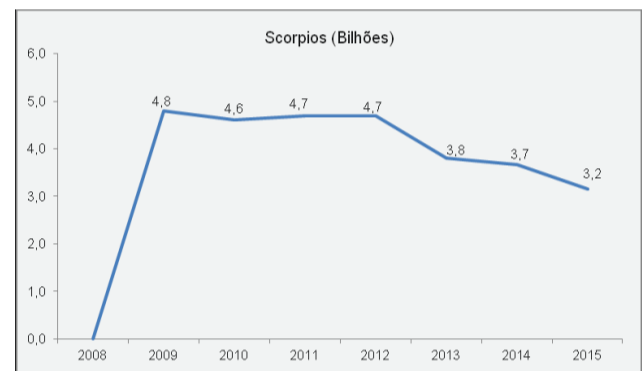
(janeiro a dezembro de 2015)



Fonte: Elaborado por DEEMP com dados obtidos junto à DIPIM.

No que se refere aos serviços de rastreabilidade, foram orçados 50,2 bilhões de unidades controladas pelo Sicobe e 4,8 bilhões pelo Scorpions para a Receita Federal do Brasil – RFB. A produção de bebidas controlada pelo Sicobe em 2015 foi de 50 bilhões, enquanto que a de cigarros controlada pelo Scorpions foi de 3,2 bilhões.

Quantidade controlada de cigarros – Scorpions (em bilhões)

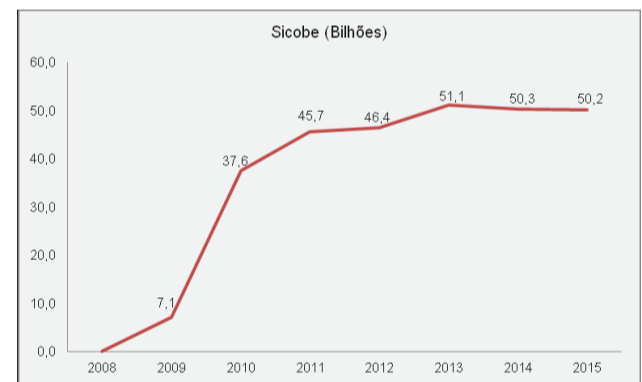


Fonte: Elaborado por DEEMP com dados obtidos junto ao DESER.

O resultado da quantidade controlada de cigarros em 2015 evidenciou uma tendência de queda acentuada em 2012. O declínio da produção de cigarros está inserido em um contexto mundial de redução do uso de tabagíferos, em virtude do reconhecimento internacional dos malefícios causados pelo consumo dessas substâncias. Ademais, diversas estratégias têm sido adotadas pelo Governo para reforçar essa tendência, quais sejam:

- elevação anual da alíquota tributária, que, ao incidir sobre uma demanda inelástica, onera mais o consumidor, aumentando o preço e o custo de oportunidade do consumo de cigarro;
- instituição de preço mínimo na venda a varejo, que também atua na mesma lógica do imposto, isto é, desestimula o consumo através do mecanismo de preços;
- promoção de campanhas de esclarecimento ao público sobre os efeitos prejudiciais do fumo para a saúde dos fumantes;
- proibição da publicidade e propaganda de cigarros;
- advertências impressas nas embalagens de produtos derivados do tabaco; e
- restrição de fumo em locais públicos.

Quantidade controlada de bebidas – Sicobe (em bilhões)



Fonte: Elaborado por DEEMP com dados obtidos junto ao DESER.

O gráfico anterior representa a evolução do controle de bebidas pelo Sicobe a partir de sua implantação em 2008. Entre os anos de 2009 e 2011, houve um incremento substancial da quantidade controlada, que se estabiliza a partir de 2012. É importante destacar que, no primeiro ano de operação do SICOBEB, em 2009, já houve expressivo aumento da quantidade controlada, o que deve ser levado em conta na análise acerca da variação percentual de 2010 a 2014.

Abstraindo-se os fatores econômicos (crescimento da economia, inflação, taxa de juros e câmbio), que poderiam influenciar positivamente essa variação tão significativa no período, pode-se afirmar que o expressivo aumento se deu principalmente pela mudança de metodologia de fiscalização tributária implementada pela Receita Federal, fator determinante para o seu sucesso.

Tanto o Scorpions quanto o Sicobe tem papel fundamental para a RFB, representado pelos seguintes fatores: inibir o comportamento de não aderência tributária, garantir o fluxo de uma quantidade de dados confiáveis, fornecer acesso à informação em tempo real para a RFB, permitir que o trabalho dos auditores fiscais seja deslocado para outras áreas tributárias não automatizadas, reduzir ingerência humana na coleta de dados, dentre outros.

Quanto ao comportamento do Sicobe entre os anos de 2014 e 2015, uma possível justificativa para a permanência da quantidade fiscalizada de bebidas, apesar da crise econômica, pode ser atribuída à mudança na legislação tributária. Houve alteração no enquadramento das bebidas controladas, sendo incluídas no escopo de instalações do Sicobe as fábricas produtoras das bebidas tipo néctar.

Além dos benefícios advindos da utilização massiva de tecnologia na atividade fiscalizatória, ao se manter o monitoramento 24h por dia sobre as envasadoras, a utilização do Sistema traz ganhos não quantificáveis economicamente, como a maior cautela das empresas ao pagar seus tributos, pelo efeito psicológico de se sentirem amplamente vigiadas e o temor de que a fraude será, instantaneamente, percebida pela RFB, dissuadindo a prática do ato ilícito.

O atual Sistema, da forma como foi implementado pela CMB e RFB, segue na direção da evolução fiscalizatória, acompanhando a tendência mundial, que busca na tecnologia, sistemas censitários que sejam capazes de manipular grandes quantidades de dados simultaneamente, permitindo o cruzamento de informações em prol da fiscalização objetiva, afastando os métodos antigos em que a idiosincrasia do auditor era preponderante.

5 - DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Ao longo dos anos, verifica-se um aumento substancial no faturamento bruto proveniente de transformações na carteira de soluções oferecidas pela CMB, com destaque para as linhas de selos fiscais digitais rastreáveis, caracterizando um novo perfil de negócio da CMB. A tendência de aumento no faturamento bruto foi interrompida em 2014, principalmente, devido à retração na demanda de produtos. Contudo, observa-se uma retomada em 2015, amparada pelo aumento do faturamento de serviços.

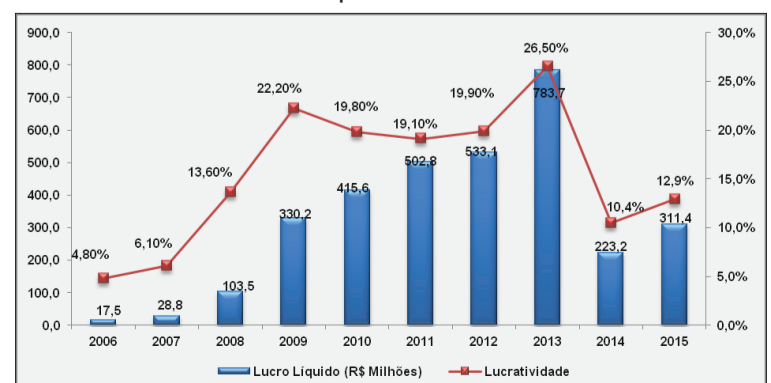
Evolução do Faturamento Bruto

| Faturamento Bruto | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|-------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| Produtos | 861,10 | 846,10 | 959,40 | 970,40 | 1.290,75 | 401,15 | 542,90 |
| Serviços | 673,50 | 1.387,60 | 1.797,20 | 1.756,20 | 1.693,78 | 1.763,48 | 1.868,82 |
| Total | 1.534,60 | 2.233,70 | 2.756,60 | 2.726,60 | 2.984,52 | 2.164,67 | 2.411,51 |

Fonte: Elaborado por DEEMP com dados obtidos junto ao DECOF.

O resultado do exercício de 2015 registra um lucro líquido de R\$ 311,4 milhões (39,5% maior que no exercício anterior), consignando uma lucratividade final de 12,9% (contra 10,4% do ano anterior).

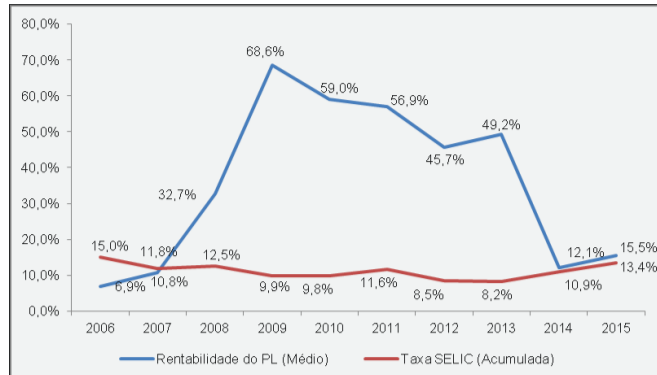
Lucro Líquido e Lucratividade



Fonte: Elaborado por DEEMP com dados obtidos junto ao DECOF.

A rentabilidade do patrimônio líquido médio foi de 15,5%, contra 12,1% no exercício anterior, e permanece superior à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) de rentabilidade para os títulos federais, de 13,4% até dezembro de 2015.

Rentabilidade do Patrimônio Líquido (Médio) e Taxa SELIC (Média)



Fonte: Elaborado por DEEMP com dados obtidos junto ao DECOF.

O faturamento bruto atingiu R\$ 2,4 bilhões (11,4% maior que no exercício anterior), destacando-se as receitas das vendas de R\$ 1,9 bilhão com os serviços de rastreamento Sicoibe e Scorpions (15,2% maior que no exercício anterior), que passaram a responder por 76,9% dos negócios da empresa (74,7% no exercício anterior), dada a queda nas quantidades demandadas pelo Banco Central, desde 2014.

Destacam-se, ainda, as receitas das vendas de R\$ 278,6 milhões com as cédulas nacionais (24,8% maior que no exercício anterior), de R\$ 137,5 milhões com as moedas nacionais (112,5% maior que no exercício anterior), de R\$ 129,2 milhões com passaportes – DPF (18,8% maior que no exercício anterior) e de R\$ 11,9 milhões com as cédulas estrangeiras (35,2% maior que no mesmo período do ano anterior).

A Receita Líquida das Vendas de Produtos e Serviços atingiu o montante acumulado de R\$ 2,4 bilhões, o que representou um aumento de 12,7% no comparativo com o mesmo período do ano anterior. No mesmo sentido, o Custo dos Produtos e Serviços vendidos alcançou o patamar de R\$ 1,6 bilhão (aumento de 11,4% em relação ao mesmo período do ano anterior), passando a representar 67,6% da Receita Líquida (68,3% no exercício anterior).

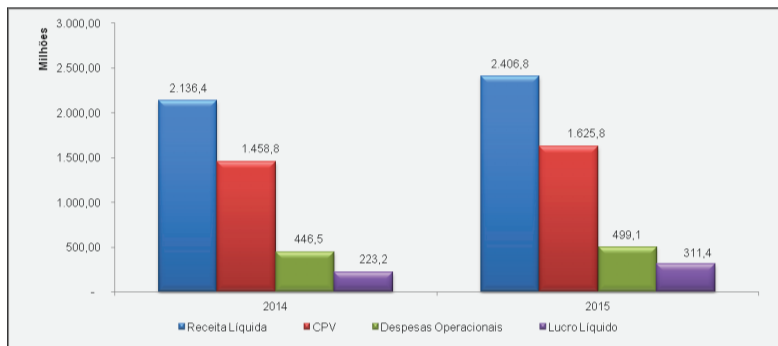
O Lucro Bruto Operacional totalizou R\$ 781 milhões, o que representou um aumento de R\$ 103,4 milhões ou 15,3% comparativamente ao ano anterior. A provisão para Participação dos Empregados nos Lucros – PLR – foi de R\$ 28 milhões, o que corresponde a 9% sobre o Lucro Líquido Contábil, e a Remuneração Variável Anual dos Dirigentes – RVA – atingiu o montante de R\$ 430,7 mil.

Foi aprovado pelo Conselho de Administração – CONSAD – o aumento do Capital Social da CMB de R\$ 963,8 milhões para R\$ 1.360,7 milhões. O acréscimo foi realizado mediante a incorporação da Reserva Legal, no montante de R\$ 77 milhões, e da Reserva de Investimentos, no montante de R\$ 319,9 milhões.

As Despesas Operacionais totalizaram R\$ 499,1 milhões (11,8% maior que no exercício anterior), representando 20,7% da receita líquida do exercício (20,9% no exercício anterior). Estas despesas foram bastante influenciadas pelo aumento na conta de Despesas Administrativas com Serviços, que totalizaram R\$ 138 milhões (aumento de 65,6% em relação ao exercício anterior).

Com vistas a promover a maior eficiência dos gastos administrativos, a CMB implementou ações para a redução das despesas de custeio da instituição. A estratégia permitiu uma economia na ordem de R\$ 5 milhões, por meio da renegociação de contratos, definição de limites para gastos com empregados (horas extras) e extinção de turnos de trabalho, cargos e funções de confiança.

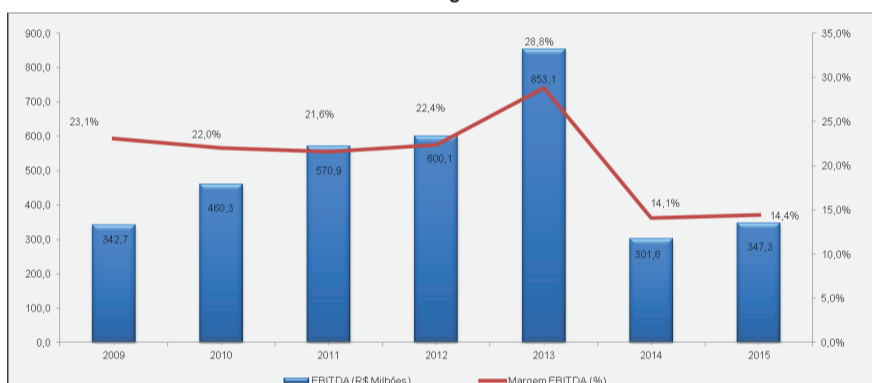
Composição da Demonstração de Resultado (DRE)



Fonte: Elaborado por DEEMP com dados obtidos junto ao DECOF.

No que tange à capacidade de geração de caixa operacional apurada pelo EBITDA (Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização), atingiu-se o montante de R\$ 347,3 milhões (aumento de R\$ 45,7 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior), consignando margem de 14,4% em 2015 contra uma margem EBITDA de 14,1% em 2014.

EBITDA e Margem EBITDA

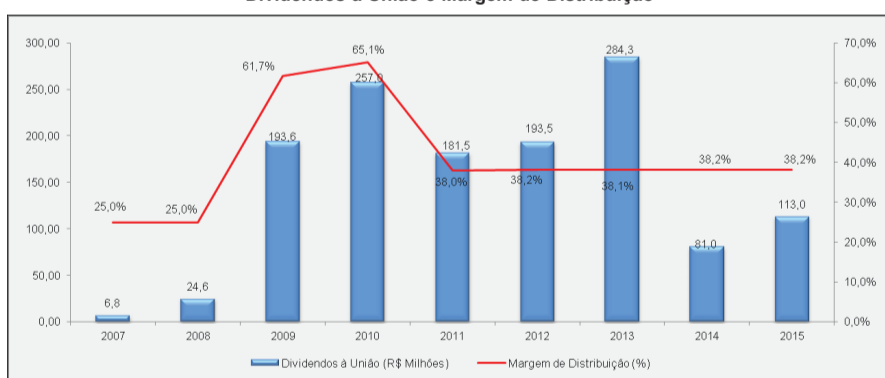


Fonte: Elaborado por DEEMP com dados obtidos junto ao DECOF.

6 - DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A administração da empresa deverá recolher remuneração ao Tesouro Nacional, sob a forma de dividendos, no montante de R\$ 113 milhões (38,2% do Lucro Líquido do exercício, após a dedução da reserva legal), sendo R\$ 73,9 milhões referentes ao dividendo mínimo e estatutário.

Dividendos à União e Margem de Distribuição



Fonte: Elaborado por DEEMP com dados obtidos junto ao DECOF.

OBS: Os valores dos dividendos não consideram o acréscimo da atualização da SELIC e a Margem de Distribuição considera lucro líquido após dedução da reserva legal.

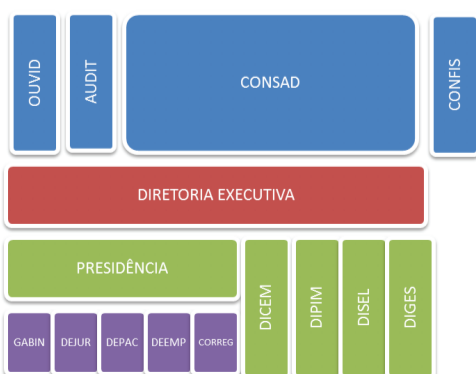
Ainda considerando o resultado do exercício de 2015, foram destinados R\$ 15,6 milhões como acréscimo de Reserva Legal (5,0% do Lucro Líquido) e cerca de R\$ 182,8 milhões (61,8% do Lucro Líquido após a dedução da reserva legal) como acréscimo de Reserva para Investimentos.

7 - GOVERNANÇA CORPORATIVA

A estrutura de governança da CMB é formada por um Conselho de Administração, composto por cinco representantes nomeados pelo Ministro de Estado da Fazenda, sendo: o Presidente da CMB, um representante do Ministério da Fazenda, um do Banco Central do Brasil – BCB, um do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e um empregado da CMB, na forma da Lei nº 12.353, de 28 de dezembro de 2010, e do Decreto nº 7.865/2012, de 19 de dezembro de 2012, que alterou o Decreto nº 2.122/1997, de 13 de janeiro de 1997, que aprova o Estatuto Social da CMB, bem assim, dos termos constantes da Portaria MP nº 026/2011, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Também compõem a estrutura de Governança, a Diretoria Executiva, constituída pelo Presidente da CMB e por quatro Diretores nomeados pelo Presidente da República; e o Conselho Fiscal – CONFIS, constituído por três representantes efetivos e três suplentes nomeados pelo Ministro de Estado da Fazenda.

A representação da estrutura de governança da CMB, conforme se observa no diagrama a seguir, evidencia o processo de fortalecimento das boas práticas administrativas e consolidação da governança corporativa.



O novo modelo de gestão, aprovado pelo CONSAD e implantado em 1º de julho de 2015, pressupõe autonomia de gestão: as diretorias são responsáveis pelos próprios resultados financeiros, o que permite uma visão clara do desempenho de cada negócio. Uma diretoria é responsável pela estrutura administrativa e gestão organizacional, enquanto as outras três tratam de cada um dos segmentos de atuação da empresa, quais sejam: cédulas e moedas; passaporte e impressos; e selos rastreáveis.

As atribuições do CONSAD, CONFIS e Diretoria Executiva da CMB estão estabelecidas no Estatuto Social da empresa, conforme mencionado Decreto nº 2.122/1997 e suas alterações. Além destes, a estrutura de governança da CMB conta ainda com os seguintes órgãos, cujas atribuições estão formalmente definidas por meio de Normas de Organização:

• Auditoria Interna – AUDIT – vinculada hierarquicamente ao CONSAD, de acordo com a legislação pertinente, em especial o Decreto nº 3.591/2000 e a Resolução CGPAR nº 2/2010. A Auditoria Interna é subordinada tecnicamente ao Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal (SFC/CGU) e, na estrutura organizacional da CMB, está ligada administrativamente à Presidência.

• Departamento de Controle e Conformidade – DEPA – órgão subordinado à Presidência e responsável pelas atividades referentes aos controles internos e à mitigação de riscos corporativos. Tem a seu cargo o planejamento, a normalização, a orientação, a coordenação, a execução e o controle das atividades pertinentes ao controle interno e conformidade. É responsável pela coordenação da Gestão de Riscos na CMB, conforme diretrizes previstas na Política de Gestão Integrada de Riscos.

• Ouvidoria – OUVID – órgão responsável por apontar a percepção do público em relação às possíveis irregularidades ou inconsistências ocorridas no âmbito da empresa, bem como receber e processar sugestões e elogios que contribuam para o aperfeiçoamento da governança corporativa. É responsável, também, pelo acolhimento das manifestações e pelo atendimento às informações requeridas pelos cidadãos, em atendimento à Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação. A Ouvidoria, que antes era subordinada à Presidência, teve sua vinculação alterada, em novembro de 2015, para o Conselho de Administração, o que lhe garante mais autonomia para o desempenho de suas atividades.

• Corregedoria – CORREG – órgão subordinado à Presidência e responsável por exercer a função correlacional no âmbito da CMB, na forma definida no Regulamento de Pessoal e Processo Administrativo da Casa da Moeda do Brasil – RPCMB.

A CMB possui, ainda, uma Comissão de Ética que tem por atribuição tratar de assuntos relativos à conduta ética dos seus empregados. É constituída por empregados de carreira da empresa, sendo três membros titulares e três suplentes.

A empresa conta também com o Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação – COTIN, em consonância com o guia de boas práticas dirigido para a gestão de tecnologia da informação, *Control Objectives for Information and Related Technology* – COBIT 4.1 PO 4.3, assim como para as contidas na Instrução Normativa SLTI/MPOG 04/2010, aplicável no que cabe e amparado pelo Acórdão nº 1.603/2008 – Tribunal de Contas da União. Trata-se de um órgão de caráter deliberativo para garantir que as decisões da CMB sobre Tecnologia da Informação – TI sejam compatíveis com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, sendo composto por seis empregados.

A CMB possui ainda o Comitê de Segurança da Informação e Comunicação – COSIC, em conformidade com a Instrução Normativa GSI nº 1/2008, incisos IV e VI do art. 5º, para viabilizar e assessorar a implantação e gestão da política de segurança da informação e comunicações da Empresa.

Foi instituída, em 2012, a governança matricial entre as diversas Diretorias, que se consolidou no decorrer dos últimos anos. Foram criados pontos de controle para os processos e atividades estratégicas da empresa. Por meio deste modelo, há cobrança e acompanhamento de resultados e responsabilização proporcional às competências de cada nível gerencial.

Além disso, as demandas de órgãos externos, como o “Questionário Levantamento da Governança” do Tribunal de Contas da União – TCU, aplicado em 2014, e o “Questionário sobre Gestão e Liderança das Empresas Estatais Federais” do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, aplicado em 2015, têm sido utilizadas como balizadoras da governança na CMB, bem como as boas práticas do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC.

Em harmonia com os parâmetros de governança corporativa, que incluem o cumprimento das obrigações impostas por instrumentos legais, as Demonstrações Financeiras da CMB são auditadas por empresa de auditoria independente, em estreita observância ao que preceitua a Lei nº 11.638/2007.

Vale ressaltar que as estruturas implantadas contribuíram para que a direção da empresa identificasse potenciais problemas em processos licitatórios e acionasse os controles internos da empresa, entre eles, a Auditoria da CMB, sendo os indícios enviados à Polícia Federal, o que culminou na “Operação Vícios”.

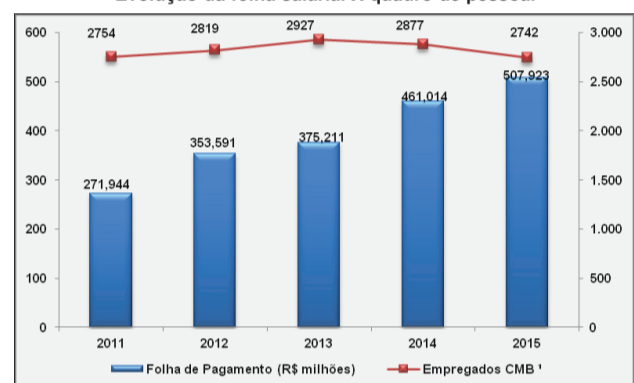
8 - GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS

A atuação da Casa da Moeda do Brasil no segmento de Gestão de Pessoas, no ano de 2015, teve como foco a valorização da ambiência e qualidade de vida de seus empregados. Dentro deste cenário, podem ser destacadas as seguintes realizações no período:

Evolução do quadro de pessoal e da remuneração

Até o ano de 2013 a empresa apresentou um aumento do número de empregados, entretanto, em 2014 com o Plano de Desligamento Voluntário, pode-se observar uma queda deste quantitativo. Por outro lado, a folha de pagamento continua crescendo em virtude, principalmente dos ganhos reais advindos do Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) aprovado em 2014, dos acordos coletivos (ACT’s), das promoções e progressões anuais.

Evolução da folha salarial X quadro de pessoal



Fonte: Elaborado por DEEMP com dados obtidos junto ao DEEMP.

¹ Incluindo empregados efetivos, requisitados e livre provimento.

Processo de Promoção e Progressão 2015

Desde 2012, a CMB vem apresentando editais para a concessão de Promoção Anual baseada em critérios claros e objetivos, tendo como base a meritocracia ou a antiguidade para o reconhecimento profissional de seus empregados.

Em 2015, os critérios utilizados para a avaliação por merecimento foram: as metas empresariais e coletivas, a avaliação de desempenho, a qualificação individual e a participação em programa de capacitação institucional. Nesse sentido, a CMB efetuou 2.480 promoções, das quais 2.208 foram horizontais e 272 foram verticais.

Implantação do Plano de Desligamento Voluntário (PDV II)

O Plano de Desligamento Voluntário da CMB foi aprovado em 2014 pelo Departamento de Controle e Governança das Empresas Estatais (DEST) para ser realizado em duas fases. A primeira ocorreu em 2014 e a segunda iniciou-se em setembro de 2015. Oito empregados aderiram ao PDV II e se desligaram da CMB em data negociada no mesmo ano.

Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas/Competências

Em 2015, houve uma redução do número de participações em treinamentos e no total investido na comparação com o exercício de 2014, conforme demonstra o quadro a seguir. As principais razões que contribuíram para esse declínio foram: a) transferência da área responsável pela capacitação dos empregados para um novo Departamento, que, inicialmente, precisou estruturar suas atividades; e b) determinação de redução de custo.

| Treinamentos/Exercícios | 2013 | 2014 | 2015 |
|---------------------------|------------------|------------------|----------------|
| Participações Contratadas | 17.016 | 17.891 | 14.279 |
| Investimento | R\$ 1.542.929,84 | R\$ 1.282.305,02 | R\$ 745.107,00 |

Fonte: Elaborado por DEEMP com dados obtidos por meio do ERP.

A nova visão da Educação Corporativa engloba as diferentes dimensões da empresa e do ser humano. Desta forma, a partir do ano 2016 serão ofertadas ações educacionais alinhadas ao Planejamento Estratégico, à Gestão da Inovação e ao desenvolvimento integral do colaborador.

Clima Organizacional

Um dos objetivos do Plano Estratégico vigente (2015-2022) é aprimorar o Clima Organizacional. Em decorrência disto, a realização periódica da Pesquisa de Clima Organizacional (PCO) se apresenta como um aspecto de suma importância, pois através deste instrumento se verificam as percepções e expectativas dos empregados em relação à empresa.

Em dezembro de 2015, foi aplicada a segunda Pesquisa de Clima Organizacional da CMB. Um total de 960 empregados respondeu ao questionário, o que corresponde a 36,3% do efetivo da empresa. O melhor item, segundo a avaliação dos funcionários, foi o “Sentimento de orgulho de trabalhar na CMB” e o pior foi a “Burocracia na empresa”. O Relatório Inicial de Resultados Gerais foi divulgado na semana posterior à aplicação da ferramenta e demonstrou que a meta estabelecida para o ano não foi só atingida, mas ultrapassada em 5,0%.

Para o ano de 2016, estão previstas a divulgação do Relatório Final, a elaboração de um Plano de Ação para trabalhar os itens que obtiveram as menores médias (com *feedback* aos empregados) e o acompanhamento de tal plano, que se encerrará com a aplicação de nova PCO, em 2017, de forma a cumprir o Ciclo PDCA necessário à melhoria contínua.

Nessa linha, foi criada uma estrutura com o objetivo específico de atuar na melhora da ambiência organizacional, com base nos aspectos que os empregados julgam importantes, bem como estimular a satisfação e o bem-estar dos empregados. Tal iniciativa teve como premissa que um ambiente agradável para se trabalhar contribui para o aumento do comprometimento e do nível de produtividade dos empregados.

Benefícios Diversos

A aprovação do ACT 2015 garantiu a manutenção de diversos benefícios, como: Assistência Médica e Odontológica, Seguro de Vida em Grupo, Vale Alimentação e Refeição, Auxílio Medicamentos, Vale Cultura e Creche Interna.

Estes benefícios, em conjunto com as outras ações implantadas em 2015, contribuíram para o fortalecimento da gestão de pessoas e a valorização do capital humano na CMB.

9 - DIMENSÃO SOCIOCULTURAL

Tendo como base um legado histórico de mais de 320 anos de existência, a CMB realiza anualmente diversas ações de Cidadania Empresarial que incluem a formação de jovens profissionais, a preservação da memória e valorização do patrimônio histórico nacional. Dentre as ações de Cidadania Empresarial ocorridas em 2015, podemos destacar:

Projeto Memória

Alinhado às ações para criação do Centro de Documentação e Pesquisa, o Projeto tem por objetivo a organização dos acervos materiais e imateriais da CMB, com vista à preservação da memória da empresa. As atividades desenvolvidas compreendem as etapas de análise do material, classificação e ordenação, pesquisa para identificação e descrição do conteúdo e estrutura do objeto.

Durante o ano de 2015, a Seção de Acervo Museológico identificou novo modelo de gestão, pautado na catalogação informatizada de todo o acervo, que está em estudo de viabilidade pelos órgãos técnicos da CMB. No trabalho de conservação de peças, em 2015, foram restauradas por jateamento e niquelagem 26 peças, recuperadas duas balanças e foi realizada limpeza mecânica a seco de 83 itens.

Programa Jovem Aprendiz

O Programa Jovem Aprendiz visa promover o desenvolvimento pessoal e profissional de jovens aprendizes, com formação técnico-profissional de Auxiliar de Serviços Administrativos. Por meio de um convênio com o Instituto Brasileiro Pró Educação, Trabalho e Desenvolvimento (ISBET), a CMB continua proporcionando a diversos jovens, aprendizagem teórica, ministrada pelo ISBET nas instalações da CMB e vivencial, baseada na prática no ambiente de trabalho, sob a supervisão de orientador interno.

No ano de 2015, dando continuidade ao Programa, os 95 jovens contemplados receberam os seguintes benefícios: salário proporcional ao piso estadual, alimentação, transporte, assistência médica e curso de Auxiliar Administrativo.

Programa Conheça a CMB

Desde 2012, a Casa da Moeda mantém um programa de visitação guiada, segmentado em três modalidades, com o objetivo de divulgar a missão, os valores e as atividades desempenhadas pela empresa. Em 2015, foram realizadas 112 visitas e recebidos 2.773 visitantes.

- Empresa Família – Visitas destinadas aos familiares dos empregados. Em 2015, ocorreram 8 visitas (192 pessoas, entre moedeiros e familiares).
- Empresa Escola – Recepção de alunos, professores e profissionais da área educacional que os possibilita conhecer os processos de produção e se interessar pelo exercício futuro das profissões atuantes na CMB. Em 2015, 62 instituições de ensino de todo o Brasil visitaram a CMB (1.517 pessoas, entre alunos e professores).
- Empresa Cidadão – A CMB abre suas portas aos cidadãos brasileiros e estrangeiros para um passeio pelas suas instalações. Esta modalidade insere a empresa no circuito sociocultural carioca, do qual grandes empresas já fazem parte. Em 2015, ocorreram 42 visitas (1.064 cidadãos, entre brasileiros e estrangeiros).

Equidade

A empresa conquistou, em outubro, o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça, prêmio oferecido pelo Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos e apoiado pela ONU Mulheres e Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O objetivo do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça é eliminar todas as formas de discriminação no ambiente de trabalho. A premiação é um reconhecimento pelo trabalho desenvolvido na empresa em favor de um ambiente e relações de trabalho livres de situações de discriminação e preconceito de gênero e raça.

Acessibilidade

A CMB mantém um Programa de Humanização com o objetivo de tornar as instalações da empresa mais amigáveis, em contraponto à frieza do maquinário do parque industrial. Em 2015, foram executadas obras de engenharia para facilitar o acesso de Portadores de Necessidades Especiais (PNE) às instalações da empresa. Além disso, foram realizadas interferências no paisagismo para proporcionar um ambiente mais agradável aos empregados e visitantes.

Centro Cultural da Casa da Moeda do Brasil

A Casa da Moeda do Brasil (CMB), por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura – Lei Rouanet, do Ministério da Cultura, estabeleceu acordo de cooperação técnica com o Instituto Herbert Levy para desenvolvimento do projeto de restauração e adaptação do prédio localizado na Praça da República, nº 26. O antigo casarão foi a primeira sede do Museu Real (atual Museu Nacional), antiga sede do Arquivo Nacional e hoje é parte do Corredor Cultural do Centro da Cidade do Rio de Janeiro.

No ano de 2015, as pendências relativas às obras de restauro foram identificadas, negociadas, sanadas e, em sua maioria, concluídas, necessitando de alguns ajustes que acontecerão até março de 2016. A CMB também desenvolveu estudos de parcerias para utilização do prédio, bem como para projetos culturais de ocupação do espaço que se encontram em análise de viabilidade econômico-financeira, visto que o objetivo da atual gestão é buscar a melhor utilização para o espaço.

Clube da Medalha do Brasil

Criado em 3 de março de 1977, o Clube da Medalha do Brasil vem fomentando o colecionismo por meio do lançamento de medalhas comemorativas alusivas a fatos e acontecimentos que marcam a história de um povo, de uma raça e de uma nação. O objetivo do Clube é aproximar cada vez mais o público por meio da proposição de temas com maior apelo comercial, fomentando, assim, o crescimento do colecionismo de medalhas no Brasil.

As medalhas, produzidas em ouro, prata e bronze, são adquiridas pelos colecionadores, sócios do Clube da Medalha e por todos aqueles que são admiradores da secular arte medalhística. As vendas são efetuadas pelo site do Clube da Medalha do Brasil, no local do lançamento, em eventos numismáticos e em loja situada na CMB. Os principais lançamentos de 2015 foram: 30 anos do *Rock in Rio*, 80 anos do cartunista Maurício de Sousa, Homenagem ao Dia das Mães e 120 anos do Clube de Regatas do Flamengo.

10 - SUSTENTABILIDADE

Ciente de sua responsabilidade com a preservação ambiental, a Casa da Moeda do Brasil está empenhada no aperfeiçoamento das suas atividades e na capacitação dos funcionários. A empresa vem intensificando ações que equilibram o crescimento econômico com a proteção do meio ambiente, buscando garantir que as gerações futuras tenham acesso aos mesmos recursos naturais disponíveis nos dias de hoje.

São apresentados a seguir alguns projetos e programas da empresa desenvolvidos em 2015 que demonstram o compromisso da CMB com o desenvolvimento sustentável.

Certificações ISO 14001 e OHSAS 18001

A Casa da Moeda do Brasil foi certificada nas normas ISO 14001 e OHSAS 18001, que especificam requisitos mínimos para Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) e Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (SST). A conquista representa um grande passo na sistematização das ações praticadas pela CMB nesse campo.

A ISO 14001 é uma norma voluntária, internacionalmente aceita, que define os requisitos para uma empresa estabelecer e operar um Sistema de Gestão Ambiental. A certificação demonstra o compromisso da empresa com a proteção do meio ambiente e reflete a busca constante por melhorias nos processos produtivos e na gestão de resíduos.

Da mesma forma, a OHSAS 18001 também é voluntária e referência internacional no que tange ao sistema de gestão da SST. Os requisitos da certificação permitem identificar, avaliar e controlar os riscos associados a cada ocupação, evitando as causas que originam os acidentes e as doenças no trabalho. Dentro do contexto de uma legislação cada vez mais exigente, a certificação contribui para a redução da frequência de acidentes no trabalho e o aumento da produtividade.

Tendo como base as referidas normas, a CMB instituiu um conjunto de diretrizes e implantou a Política Integrada de Qualidade, Segurança do Trabalho, Meio Ambiente e Saúde Ocupacional – QSMS. A integração dos sistemas possibilita uma gestão mais eficiente dos aspectos e impactos ambientais e dos perigos e riscos relacionados à segurança e saúde.

Certificação FSC

A Casa da Moeda está se preparando para conquistar o selo *Forest Stewardship Council* (FSC). A certificação garante que a matéria-prima de origem florestal advém de um processo produtivo gerenciado segundo uma gestão ecologicamente adequada, socialmente justa, viável economicamente e que cumpre as leis vigentes.

A iniciativa surgiu em 2015, a partir da parceria com o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. O Comitê Rio 2016 estipulou que a procedência das matérias-primas utilizadas nos produtos que a CMB entregará para os jogos deve respeitar as diretrizes da certificação FSC, que preconiza fontes legais e responsáveis.

Em virtude desse compromisso, a CMB definiu procedimentos para o controle e gestão do sistema de cadeia de custódia da organização, bem como um plano de treinamento cobrindo todos os requisitos normativos aplicáveis.

Adesão ao CEBDS

Com o objetivo de desenvolver e ampliar a adoção de princípios e práticas do desenvolvimento sustentável na empresa, a Casa da Moeda do Brasil oficializou, em abril de 2015, sua participação no Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS).

O CEBDS é uma associação civil sem fins lucrativos, fundada em 1997, que promove o desenvolvimento sustentável, nas

empresas que atuam no Brasil, por meio da articulação junto aos governos e a sociedade civil, além de divulgar os conceitos e práticas mais atuais do tema. Primeira instituição no Brasil a falar em sustentabilidade dentro do conceito do *Triple Bottom Line*, que norteia a atuação das empresas a partir de três pilares: o econômico, o social e o ambiental, o CEBDS é referência na vanguarda da sustentabilidade tanto para as empresas quanto para parceiros e governos.

Atualmente, o CEBDS reúne mais de 70 dos maiores grupos empresariais do país, com faturamento de cerca de 40% do PIB e responsáveis por mais de 1 milhão de empregos diretos, entre eles, Natura, Vale, Petrobras e Caixa Econômica. A instituição promove diversos eventos para os seus associados, visando fomentar o debate de questões relevantes relacionadas à sustentabilidade.

Na condição de integrante do CEBDS, a CMB participa de fóruns e debates, o que permite à empresa obter informações importantes sobre o tema para os seus próprios projetos, relacionadas, por exemplo, a compras sustentáveis, gestão da água, economia de energia e mudança do clima, temáticas presentes no Planejamento Estratégico da empresa.

Relatório de Sustentabilidade (GRI)

A Casa da Moeda iniciou o processo de elaboração de seu primeiro Relatório de Sustentabilidade, que terá como referência os exercícios de 2014 e 2015. Esse tipo de relatório demonstra a relação entre o desempenho cotidiano da empresa e a sustentabilidade, que envolve os aspectos econômicos, sociais e ambientais. As informações nele prestadas sinalizam o nível de qualidade da gestão e expressam o compromisso da empresa com uma conduta responsável.

Ademais, o relatório representa uma ferramenta de gerenciamento que permite maior controle dos indicadores relacionados à sustentabilidade e contribui para ampliar a transparência da atuação da empresa. O modelo GRI (*Global Reporting Initiative*) foi escolhido por ser o padrão de relato mais utilizado no mundo.

A GRI é uma organização independente criada com a missão de difundir os relatórios de sustentabilidade e ser guardiã de seu processo de produção. A estrutura de relatórios da GRI visa proporcionar uma linguagem comum que possa ser utilizada em todos os tipos de organizações e foi preparada usando como referência um grande número de acordos e normas internacionais.

Projeto de Reflorestamento para neutralização das emissões de gases do efeito estufa

Visando colaborar com a Política Nacional de Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável, a Casa da Moeda do Brasil assinou voluntariamente, em 2013, termo de compromisso para neutralizar integralmente as emissões de gases do efeito estufa até as Olimpíadas de 2016. O documento registra o testemunho do Secretário de Estado do Ambiente à época, Carlos Minc.

O projeto em questão consiste na restauração florestal de 137 hectares de Mata Atlântica em área pertencente ao Instituto Chico Mendes – ICMBio. Serão plantadas 205.051 mudas de espécies nativas da Mata Atlântica em uma das áreas mais ricas em biodiversidade e mais ameaçadas do planeta. Com a ampliação da área de Mata Atlântica, a CMB colabora com a proteção da fauna e da flora da Reserva Biológica União, inclusive o mico-leão-dourado, espécie representada na cédula de R\$ 20.

Para a execução do Projeto, foi necessária a contratação de empresa especializada, com investimento de R\$ 4,3 milhões e vigência de quatro anos contados a partir da data de assinatura, em agosto de 2014. Até dezembro de 2015, mais de 160 mil mudas já haviam sido plantadas. A previsão é que em março o plantio esteja concluído.

Gestão de Resíduos

A Gestão de Resíduos Sólidos da Casa da Moeda do Brasil é parte integrante das ações estratégicas voltadas para a sustentabilidade. Alinhada aos princípios e diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, instituída pela Lei nº 12.305/2010, a empresa mantém um contrato para prestação de serviços de Gerenciamento Total de Resíduos, que engloba desde a classificação dos resíduos gerados em nossas instalações até o transporte e a destinação final.

A CMB também dispõe de uma Central de Resíduos em seu parque fabril, em uma área de aproximadamente 5.200m², com toda a infraestrutura necessária para a correta segregação, pesagem e armazenagem temporária dos resíduos industriais e recicláveis.

Com equipe técnica própria de profissionais capacitados na área ambiental, a empresa atua no desenvolvimento de estudos de viabilidade para redução da geração de resíduos e destinação mais eficiente, com foco na minimização dos impactos ambientais negativos e até mesmo para identificação de oportunidades de geração de valor. Entre as ações implantadas em 2015 a partir desse compromisso, destacam-se:

- Eliminação do passivo de 320,57 toneladas de sucatas de discos eletrorrevestidos (matéria-prima para produção de moedas), enviadas à empresa siderúrgica para incorporação na produção de aços longos e treilados.
- Envio para reciclagem de 11.974 de tambores vazios, utilizados para o acondicionamento de discos eletrorrevestidos, totalizando 202,82 toneladas de sucatas de metais ferrosos, enviados para usina siderúrgica para produção de aço.
- Testes para incorporação dos resíduos de Tortas de Tinta (oriundos do processo de impressão de cédulas) no material denominado "brita graduada reciclada" comprovaram sua viabilidade para utilização na construção civil.
- Testes para a utilização de sucatas de cobre, oriundas de resíduos fabris, na produção de medalhas. O processo mostrou-se viável e permite ganhos ambientais e financeiros, já que elimina a necessidade de aquisição de cobre para a fabricação das medalhas.

**BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIO DE 2015
(EM REAIS)**

| A T I V O | | 31.12.2015 | 31.12.2014 | P A S S I V O | | 31.12.2015 | 31.12.2014 |
|--|---------|-------------------------|-------------------------|---|----------|-------------------------|-------------------------|
| CIRCULANTE | NOTA | 1.394.380.979,41 | 1.098.272.790,06 | CIRCULANTE | NOTA | 803.337.218,98 | 690.952.957,72 |
| DISPONÍVEL | | 618.189.358,73 | 360.522.484,49 | FORNECEDORES | (7.1) | 344.860.021,47 | 291.488.886,96 |
| BANÇOS CONTA MOVIMENTO | | 157.778.200,11 | 177.719.030,41 | EXIGIBILIDADE COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | (7.2) | 13.000.849,43 | 37.621.060,61 |
| APLICAÇÕES FINANCEIRAS | (4.1) | 460.411.158,62 | 182.803.454,08 | DIVIDENDOS A PAGAR | (9.0) | 112.991.451,53 | 80.991.169,02 |
| VALORES A RECEBER A CURTO PRAZO | | 551.485.881,47 | 473.702.603,80 | PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO LUCRO | (7.3) | 28.190.048,25 | 20.085.988,46 |
| CONTAS A RECEBER DE CLIENTES | (4.2) | 105.550.675,18 | 250.527.902,71 | REMUNERAÇÃO ADICIONAL VARIÁVEL DOS DIRIGENTES | (7.4) | 668.094,94 | 400.000,00 |
| (-) PROV. P/PERDAS ESTIMADAS EM CRÉD. LIQ.DUVIDOSA | (5.4.1) | (7.119.053,53) | 0,00 | IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER | (7.5) | 8.495.737,24 | 7.028.565,98 |
| SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR | (4.3) | 331.701.009,01 | 124.880.059,19 | EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS | (8.1) | 15.387.030,30 | 17.831.676,22 |
| ADIANTAMENTO DE FÉRIAS | (4.4) | 8.040.447,43 | 6.010.002,59 | OBRIGAÇÃO COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA DA CMB | (16.2.2) | 6.768.679,75 | 35.963.870,51 |
| IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR | (4.5) | 109.211.104,98 | 88.705.146,71 | ADIANTAMENTOS DE CLIENTES | (7.6) | 226.172.686,25 | 155.875.023,11 |
| OUTROS VALORES A RECEBER | (4.6) | 4.101.698,40 | 3.579.492,60 | PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA | (7.7) | 0,00 | 2.905.722,89 |
| ESTOQUES | (4.7) | 224.481.500,95 | 263.788.486,85 | PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | (7.7) | 0,00 | 1.234.600,80 |
| PRODUTOS ACABADOS | | 52.578.710,65 | 69.443.323,88 | PROVISÃO PARA FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS | (7.2.1) | 45.195.881,98 | 37.327.112,22 |
| PRODUTOS EM PROCESSO | | 55.113.958,35 | 38.620.986,18 | OUTRAS OBRIGAÇÕES | (7.8) | 1.606.737,84 | 2.199.280,94 |
| MATÉRIA-PRIMA | | 98.420.403,08 | 135.250.032,30 | | | | |
| ALMOXARIFADO | | 18.368.428,87 | 20.191.551,31 | | | | |
| IMPORTAÇÕES EM ANDAMENTO | | 0,00 | 282.593,18 | | | | |
| DESPESAS ANTECIPADAS | (4.8) | 224.238,26 | 259.214,92 | | | | |
| NÃO CIRCULANTE | NOTA | 1.835.208.911,24 | 1.811.719.057,66 | NÃO CIRCULANTE | NOTA | 279.243.651,92 | 348.765.620,54 |
| REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | | 1.012.177.325,48 | 951.450.926,10 | EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS | (8.1) | 200.000.000,00 | 250.000.000,00 |
| CONTAS A RECEBER DE CLIENTES | (5.1) | 2.658.852,03 | 11.749.983,56 | OBRIGAÇÃO COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA | (16.2.2) | 74.197.444,53 | 92.952.350,18 |
| (-) PROV. P/PERDAS ESTIMADAS EM CRÉD. LIQ.DUVIDOSA | (5.4.1) | 0,00 | (4.318.142,37) | PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES | (8.2) | 5.046.207,39 | 5.813.270,36 |
| SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR | (5.2) | 141.668.554,63 | 104.530.251,55 | | | | |
| (-) PROV. P/PERDAS ESTIMADAS EM CRÉD. LIQ.DUVIDOSA | (5.4.2) | (22.821.554,86) | (23.521.006,87) | | | | |
| IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR | (5.5) | 853.379.196,43 | 817.840.880,45 | | | | |
| CRÉDITOS A RECEBER POR AÇÕES JUDICIAIS | (5.6) | 17.933.535,50 | 28.107.398,35 | | | | |
| DEPÓSITO JUDICIAL/RECURSAL | (5.7) | 17.173.247,51 | 13.512.838,68 | | | | |
| INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS | (5.8) | 647.048,34 | 647.048,34 | | | | |
| (-) PROVISÃO P/PERDA DE INVEST. TEMPORÁRIOS | (5.8) | (109.795,40) | (95.715,57) | | | | |
| OUTROS CRÉDITOS A LONGO PRAZO | (5.9) | 1.648.241,30 | 2.997.389,98 | | | | |
| INVESTIMENTOS | | 1.176,61 | 2.166,48 | | | | |
| PARTICIPAÇÕES POR INCENTIVOS FISCAIS | (6.1) | 1.669.906,59 | 1.669.906,59 | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | NOTA | 2.147.009.019,75 | 1.870.273.269,46 |
| (-) PROV. P/PERDA DE INVEST. POR INCENT. FISCAIS | (6.1) | (1.668.729,98) | (1.667.740,11) | CAPITAL SOCIAL | (10) | 1.360.677.814,09 | 963.801.199,07 |
| IMOBILIZAÇÃO TÉCNICO | (6.2.1) | 813.597.742,00 | 846.730.169,34 | RESERVAS DE LUCRO | (11.1) | 786.331.205,66 | 906.472.070,39 |
| BENS VALORES CORRIGIDOS | | 1.381.445.956,21 | 1.164.975.615,32 | RESERVA LEGAL | (11.1.1) | 15.567.849,48 | 76.994.736,02 |
| (-) DEPRECIACÕES | | (631.134.598,85) | (584.033.951,05) | RESERVA PARA INVESTIMENTOS | (11.1.2) | 766.987.999,98 | 904.072.190,37 |
| (-) RED. AO VR. RECUPERÁVEL DO ATIVO (IMPAIRMENT) | (6.3) | (900.095,09) | (498.846,27) | SUPERÁVIT (DÉFICIT) ATUARIAL DE PREV. PRIVADA | (16.3) | 3.775.356,20 | (74.594.856,00) |
| IMOBILIZAÇÕES EM ANDAMENTO | (6.2.2) | 23.480.685,73 | 16.792.466,86 | | | | |
| IMPORTAÇÕES EM ANDAMENTO | (6.2.3) | 40.705.794,00 | 249.494.884,48 | | | | |
| INTANGÍVEL | (6.2.4) | 9.432.667,15 | 13.535.795,74 | | | | |
| TOTAL | | 3.229.589.890,65 | 2.909.991.847,72 | TOTAL | | 3.229.589.890,65 | 2.909.991.847,72 |

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
EXERCÍCIO DE 2015**

| D E S C R I Ç Ã O | NOTA | EM REAIS | |
|--|---------------|-------------------------|-------------------------|
| | | 31.12.2015 | 31.12.2014 |
| I - FATURAMENTO BRUTO | | 2.411.505.407,37 | 2.164.667.821,86 |
| (-) IPI CONTIDO NO FATURAMENTO BRUTO | | 505.430,41 | 827.650,06 |
| II - RECEITA BRUTA DAS VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS | (12.1) | 2.410.999.976,96 | 2.163.840.171,80 |
| DEDUÇÕES DAS VENDAS | | 4.163.959,53 | 27.479.339,27 |
| (-)IMPOSTO S/CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS | (12.2) | 2.417.643,63 | 1.881.238,69 |
| (-)IMPOSTO S/SERVIÇOS | (12.2) | 431.987,40 | 7.688.436,27 |
| (-)PASEP S/FATURAMENTO | (12.2) | 191.043,85 | 2.637.898,96 |
| (-)COFINS S/FATURAMENTO | (12.2) | 879.959,53 | 12.150.322,45 |
| (-)DEVOLUÇÕES DE VENDAS | (12.2) | 243.325,12 | 3.121.442,90 |
| III - RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS | | 2.406.836.017,43 | 2.136.360.832,53 |
| IV - CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS | (12.2) | 1.625.834.072,90 | 1.458.801.052,61 |
| V - LUCRO BRUTO OPERACIONAL | (12.2) | 781.001.944,53 | 677.559.779,92 |
| VI - DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS | | 499.120.932,54 | 446.458.562,46 |
| DESPESAS ADMINISTRATIVAS | | 498.149.892,42 | 426.581.198,54 |
| DESPESAS COM PESSOAL | (12.3) | 326.025.356,97 | 306.943.318,97 |
| DESPESAS COM MATERIAIS | (12.3) | 11.034.357,08 | 8.004.869,98 |
| DESPESAS COM SERVIÇOS | (12.3) | 137.996.736,48 | 83.341.427,28 |
| DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES | (12.3) | 23.093.441,89 | 28.291.582,31 |
| DESPESAS TRIBUTÁRIAS | (12.3) | 2.492.451,72 | 5.534.978,15 |
| OUTRAS DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS - LÍQUIDAS | (12.3) | (1.521.411,60) | 14.342.385,77 |
| VII - RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS | | 281.881.011,99 | 231.101.217,46 |
| VIII - RESULTADO FINANCEIRO | | 29.475.977,63 | (3.783.244,23) |
| RECEITAS FINANCEIRAS | (12.4) | 74.311.481,72 | 49.178.501,64 |
| DESPESAS FINANCEIRAS | (12.4) | 44.835.504,09 | 52.961.745,87 |
| IX - RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO | | 311.356.989,62 | 227.317.973,23 |
| X - PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA | (7.7) | 0,00 | (2.905.722,89) |
| XI - PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | (7.7) | 0,00 | (1.234.600,80) |
| VIII - RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO | (9.0) | 311.356.989,62 | 223.177.649,54 |

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO DE 2015
 (EM REAIS)

| DESCRIÇÃO | CAPITAL | RESERVAS DE LUCROS | | DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO | LUCRO (PREJUÍZO) ACUMULADO | TOTAL |
|---|-------------------------|----------------------|-----------------------|------------------------------|----------------------------|-------------------------|
| | | LEGAL | INVESTIMENTOS | | | |
| SALDO EM 31/12/2013 | 963.801.199,07 | 65.835.853,54 | 687.562.404,33 | 98.268.522,29 | 0,00 | 1.815.467.979,23 |
| 1. LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO: | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 223.177.649,54 | 223.177.649,54 |
| 2. DESTINAÇÃO DO RESULTADO: | 0,00 | 11.158.882,48 | 131.027.598,04 | 0,00 | (223.177.649,54) | (80.991.169,02) |
| CONSTITUIÇÃO DE RESERVA LEGAL | 0,00 | 11.158.882,48 | 0,00 | 0,00 | (11.158.882,48) | 0,00 |
| CONSTITUIÇÃO DE RESERVA P/ INVESTIMENTOS | 0,00 | 0,00 | 131.027.598,04 | 0,00 | (131.027.598,04) | 0,00 |
| DIVIDENDOS A PAGAR | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | (80.991.169,02) | (80.991.169,02) |
| 3. DIVIDENDOS ADICIONAL PROPOSTO PAGOS EM 2014: | 0,00 | 0,00 | 0,00 | (98.268.522,29) | 0,00 | (98.268.522,29) |
| 4. DEFICIT ATUARIAL DE PREVIDENCIA PRIVADA: | 0,00 | 0,00 | 10.887.332,00 | 0,00 | 0,00 | 10.887.332,00 |
| SALDO EM 31/12/2014 | 963.801.199,07 | 76.994.736,02 | 829.477.334,37 | 0,00 | 0,00 | 1.870.273.269,46 |
| SALDO EM 31/12/2014 | 963.801.199,07 | 76.994.736,02 | 829.477.334,37 | 0,00 | 0,00 | 1.870.273.269,46 |
| 1. LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO: | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 311.356.989,62 | 311.356.989,62 |
| 2. AUMENTO DE CAPITAL: | 396.876.615,02 | (76.994.736,02) | (319.881.879,00) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESERVA LEGAL | 76.994.736,02 | (76.994.736,02) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESERVA P/ INVESTIMENTOS | 319.881.879,00 | 0,00 | (319.881.879,00) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 3. DESTINAÇÃO DO RESULTADO: | 0,00 | 15.567.849,48 | 182.797.688,61 | 0,00 | (311.356.989,62) | (112.991.451,53) |
| CONSTITUIÇÃO DE RESERVA LEGAL | (9,0) 0,00 | 15.567.849,48 | 0,00 | 0,00 | (15.567.849,48) | 0,00 |
| CONSTITUIÇÃO DE RESERVA P/ INVESTIMENTOS | (9,0) 0,00 | 0,00 | 182.797.688,61 | 0,00 | (182.797.688,61) | 0,00 |
| DIVIDENDOS A PAGAR | (9,0) 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | (112.991.451,53) | (112.991.451,53) |
| 4. SUPERÁVIT ATUARIAL DE PREVIDENCIA PRIVADA: | (13,0) 0,00 | 0,00 | 78.370.212,20 | 0,00 | 0,00 | 78.370.212,20 |
| SALDO EM 31/12/2015 | 1.360.677.814,09 | 15.567.849,48 | 770.763.356,18 | 0,00 | 0,00 | 2.147.009.019,75 |

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIO DE 2015
 (EM REAIS)

| DESCRIÇÃO | MÉTODO INDIRETO | |
|--|-------------------------|---------------------------|
| | 31.12.2015 | 31.12.2014 RECLASSIFICADO |
| ATIVIDADES OPERACIONAIS | | |
| LUCRO LÍQUIDO | 311.356.989,62 | 223.177.649,54 |
| AJUSTES QUE NÃO REPRESENTAM ENTRADA OU SAÍDA DE CAIXA: | | |
| DESPESAS FINANCEIRAS DE LONGO PRAZO | 931.565,48 | 1.002.048,28 |
| PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA | 2.101.459,15 | 15.411.897,50 |
| PROVISÃO/REVERSO P/PERDA DE INVEST. TEMPORÁRIOS E P/INCENTIVOS FISCAIS | 15.069,70 | (1.431.847,71) |
| DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO | 51.777.120,39 | 70.557.879,69 |
| REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DO ATIVO (IMPAIRMENT) | 401.248,82 | 81.205,20 |
| REVERSO/PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES | (767.062,97) | 2.175.594,51 |
| LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO | 365.816.390,19 | 310.974.427,01 |
| AUMENTO/REDUÇÃO NOS ATIVOS: | | |
| REDUÇÃO/AUMENTO EM CONTAS A RECEBER DE CLIENTES | 154.068.359,06 | (89.245.898,42) |
| AUMENTO/REDUÇÃO EM SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR | (243.959.252,90) | 65.626.068,66 |
| AUMENTO/REDUÇÃO EM ADIANTAMENTO DE FÉRIAS | (2.030.444,84) | 1.186.343,49 |
| AUMENTO EM IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR | (56.044.274,25) | (98.622.021,97) |
| AUMENTO EM DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS | (3.660.408,83) | (283.504,07) |
| AUMENTO/REDUÇÃO EM OUTROS CRÉDITOS | (522.205,80) | 130.115,56 |
| REDUÇÃO/AUMENTO EM ESTOQUES | 39.306.985,90 | (52.850.019,64) |
| REDUÇÃO EM DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE | 34.976,66 | 4.822.705,48 |
| TOTAL: AUMENTO NOS ATIVOS | (112.806.265,00) | (169.236.210,91) |
| AUMENTO/REDUÇÃO NOS PASSIVOS: | | |
| AUMENTO/REDUÇÃO EM FORNECEDORES | 53.371.134,51 | (102.383.901,06) |
| REDUÇÃO/AUMENTO EM EXIGIBILIDADES COM PESSOAL E ENCARGOS | (24.620.211,18) | 28.790.034,76 |
| AUMENTO/REDUÇÃO EM PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS E DIRIGENTES NO LUCRO | 8.372.154,73 | (50.582.371,09) |
| AUMENTO/REDUÇÃO EM IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES | 1.467.171,26 | (343.918,59) |
| AUMENTO EM OBRIGAÇÃO COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA | 29.488.550,31 | 26.169.008,56 |
| REDUÇÃO/AUMENTO EM PROVISÕES P/LR,PJ E P/CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | (4.140.323,69) | 4.140.323,69 |
| AUMENTO EM PROVISÃO PARA FÉRIAS E ENCARGOS | 7.868.769,76 | 5.792.811,07 |
| AUMENTO EM ADIANTAMENTOS DE CLIENTES | 70.297.663,14 | 12.477.218,40 |
| REDUÇÃO/AUMENTO EM OUTRAS OBRIGAÇÕES | (592.543,10) | 197.707,53 |
| TOTAL: AUMENTO/REDUÇÃO NOS PASSIVOS | 141.512.365,74 | (75.743.086,73) |
| CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | 394.522.490,93 | 65.995.129,37 |
| ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS | | |
| REDUÇÃO EM OUTROS CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO | 11.523.011,53 | 584.592,07 |
| AQUISIÇÃO DE ATIVO IMOBILIZADO | (14.942.813,28) | (30.448.316,32) |
| CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS | (3.419.801,75) | (29.863.724,25) |
| ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS | | |
| DIVIDENDOS PAGO | (80.991.169,02) | (284.383.147,85) |
| REDUÇÃO/AUMENTO EM EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS | (52.444.645,92) | 212.927.076,22 |
| CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS | (133.435.814,94) | (71.456.071,63) |
| VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA | 257.666.874,24 | (35.324.666,51) |

| DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA | | |
|---------------------------------------|-----------------------|------------------------|
| DESCRIÇÃO | R\$ | |
| SALDO DO CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO | 360.522.484,49 | 395.847.151,00 |
| SALDO DO CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO | 618.189.358,73 | 360.522.484,49 |
| VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA | 257.666.874,24 | (35.324.666,51) |

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Apresentamos a Demonstração do Valor Adicionado, com o objetivo de mensurar o valor da contribuição da Empresa para geração da Riqueza Nacional, e explicitar a distribuição para a sociedade na forma de Remuneração do Trabalho, Governo e Acionista.

| DESCRIÇÃO | Em R\$ | |
|--|-------------------------|-------------------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| 1 - RECEITAS | 2.409.160.623,10 | 2.146.134.481,46 |
| 1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços | 2.410.913.899,01 | 2.164.629.320,07 |
| 1.2) Outras Receitas | 591.508,36 | 38.501,79 |
| 1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios | 0,00 | 0,00 |
| 1.4) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Reversão/(Constituição) | 2.101.459,15 | 15.411.897,50 |
| 1.5) Deduções de Vendas | 243.325,12 | 3.121.442,90 |
| 2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS | 1.716.424.278,67 | 1.424.298.598,38 |
| (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS) | | |
| 2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos | 1.597.150.394,40 | 1.416.534.755,23 |
| 2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | 124.655.365,76 | 110.706.337,72 |
| 2.3) Perda / Recuperação de valores ativos | 15.069,70 | 1.527.563,28 |
| 2.4) Créditos Tributários | 5.396.551,19 | 101.414.931,29 |
| 3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2) | 692.736.344,43 | 721.835.883,08 |
| 4 - DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO | 51.777.120,39 | 70.557.879,69 |
| 5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4) | 640.959.224,04 | 651.278.003,39 |
| 6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA | 74.311.481,72 | 49.178.501,64 |
| 6.1) Receitas financeiras | 74.305.848,75 | 49.160.294,54 |
| 6.2) Dividendos | 5.632,97 | 18.207,10 |
| 7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6) | 715.270.705,76 | 700.456.505,03 |
| 8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO | 715.270.705,76 | 700.456.505,03 |
| 8.1) Pessoal | 303.990.648,62 | 308.357.197,30 |
| 8.1.1 - Remuneração direta | 212.009.176,25 | 142.489.683,80 |
| 8.1.2 - Benefícios | 76.759.908,20 | 145.702.464,87 |
| 8.1.3 - F.G.T.S. | 15.221.564,17 | 20.165.048,63 |
| 8.2) Impostos, taxas e contribuições | 55.087.563,43 | 112.976.377,96 |
| 8.2.1 - Federais | 51.530.010,12 | 103.195.760,53 |
| 8.2.2 - Estaduais | 3.125.565,91 | 2.091.560,85 |
| 8.2.3 - Municipais | 431.987,40 | 7.689.056,58 |
| 8.3) Remuneração de Capitais de Terceiros | 44.835.504,09 | 55.945.280,23 |
| 8.3.1 - Juros | 44.835.504,09 | 52.961.745,87 |
| 8.3.2 - Aluguéis | 0,00 | 2.983.534,36 |
| 8.4) Remuneração de Capitais Próprios | 311.356.989,62 | 223.177.649,54 |
| 8.4.1 - Dividendos | 112.991.451,53 | 80.991.169,02 |
| 8.4.2 - Lucros retidos / Prejuízo do exercício | 198.365.538,09 | 142.186.480,52 |

A Demonstração do Valor Adicionado é parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIO DE 2015

| DESCRIÇÃO | EM REAIS | |
|---|-----------------------|-----------------------|
| | 31.12.2015 | 31.12.2014 |
| I - LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 311.356.989,62 | 223.177.649,54 |
| (+/-) Superávit (Deficit) Atuarial de Previdência Privada | 78.370.212,20 | 10.887.332,00 |
| II - TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO | 389.727.201,82 | 234.064.981,54 |

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2015
NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Casa da Moeda do Brasil – CMB – é uma Empresa Pública, constituída pela União nos termos da Lei nº 5.895, de 19 de junho de 1973, vinculada ao Ministério da Fazenda e dotada de personalidade jurídica de direito privado, sendo o seu capital pertencente integralmente à União, com sede no Setor Bancário Sul – SBS, Quadra 2, lote 03, Bloco Q, Edifício Centro Empresarial João Carlos Saad, salas 909, 910 e 911, Brasília – DF, CEP 70070-120, tendo o seu estabelecimento industrial na Rua René Bittencourt, 371 – Distrito Industrial de Santa Cruz – RJ, CEP nº 23565-200, possuindo como atividade principal em caráter de exclusividade, a fabricação de papel-moeda, moeda metálica, de cadernetas de passaporte para fornecimento ao Governo brasileiro, a impressão de selos postais, fiscais federais e títulos da dívida pública federal, além das atividades de selos de rastreamento de controle fiscal.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 6.404/76 E ALTERAÇÕES POSTERIORES PELAS LEIS: Nº 11.638/2007 E 11.941/2009 E ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em 31/12/2015, em moeda corrente nacional (R\$), utilizando 02 (duas) casas decimais, seguindo as Práticas Contábeis Brasileiras e compreendem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações dos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em vigor até a data de conclusão da elaboração das Demonstrações Contábeis.

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Os Bens, Direitos e Obrigações da empresa estão classificados no Ativo Circulante, Ativo Não Circulante, Passivo Circulante, Passivo Não Circulante e Patrimônio Líquido, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976 e posteriores alterações, promovidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009.

b) As Aplicações Financeiras estão registradas pelo custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até 31/12/2015 com apropriação dos tributos incidentes sobre as aplicações.

c) Os Estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

d) Os Investimentos Temporários estão avaliados pelo custo de aquisição e/ou cotação de mercado, se esta for menor.

e) Os Investimentos e o Imobilizado estão avaliados ao custo de aquisição e/ou construção.

f) A Depreciação do Imobilizado é calculada pelo método linear, mediante aplicação de taxas que levam em conta o tempo da vida útil dos bens.

g) A forma de tributação, base para constituição da Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, é a do Lucro Real Anual conforme legislação em vigor.

NOTA 4 – ATIVO CIRCULANTE

4.1 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS – Nos termos da Resolução nº 4.034, do Banco Central do Brasil, que comunica da deliberação do Conselho Monetário Nacional, as aplicações das disponibilidades resultantes das receitas próprias da CMB estão sendo efetuadas no Banco do Brasil S.A. no Fundo de Renda Fixa de Curto Prazo - F.R.F. - BB - Extra Mercado e Caixa Econômica Federal – CEF, no Fundo Caixa FI Extramercado Comum IRFM.

4.2 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

| CLIENTES | VALORES (EM R\$) | |
|--|-----------------------|-----------------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Delegacia de Polícia Federal | 47.015.079,99 | 61.201.390,87 |
| Programa Sicobe - Envasadoras | 29.215.522,25 | 166.967.159,10 |
| UTE - União Transitória de Empresas - CMB/CAMOAR | 19.383.310,82 | 12.877.580,59 |
| Ministério das Relações Exteriores | 4.217.769,02 | 5.182.620,01 |
| Gold Credit Banco de Bullion | 2.266.140,00 | 2.266.140,00 |
| Banco Central da Venezuela | 1.358.557,87 | 926.184,85 |
| Outros | 2.094.295,23 | 1.106.827,29 |
| TOTAL | 105.550.675,18 | 250.527.902,71 |

Esta rubrica registra os saldos a receber de clientes da CMB até a data de 31/12/2015, sendo as variações mais relevantes em comparação ao exercício de 2014 os saldos a receber dos envasadores constantes no Programa SICOBEB apresentando queda no montante de R\$ 137.751.636,85 (cento e trinta e sete milhões, setecentos e cinquenta e um mil, seiscentos e trinta e seis reais e oitenta e cinco centavos).

A recuperação dos valores devidos pelo Departamento de Polícia Federal se dará mediante procedimentos administrativos de conciliação e arbitragem junto à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF.

4.2.1 – UNIÃO TRANSITÓRIA DE EMPRESAS – UTE

A Casa da Moeda do Brasil e a Sociedad Del Estado da Casa da Moneda – CAMOAR, da Argentina formaram uma União Transitória de Empresas – UTE, na Argentina, com o intuito de, exclusivamente, fornecer cédulas ao Cliente Banco Central de la Republica Argentina – BCRA.

Na UTE, as empresas associadas não representam uma nova personalidade jurídica, conforme preceituado pelo artigo 377 da Lei nº 19.550 (Lei de Sociedades Comerciais da República Argentina – LSC). Tal forma de união possui natureza jurídica de contrato empresarial plurilateral associativo, não societário.

Sendo assim, no sentido do enquadramento da UTE, em análise de direito comparado, esta se assemelha ao instituto do consórcio de empresas da lei de sociedades anônimas do ordenamento jurídico brasileiro.

O quadro a seguir apresenta o saldo das notas fiscais em aberto atualizados conforme o índice de atualização cambial em 31/12/2015 pelo site do Banco Central do Brasil.

| VALORES A RECEBER - UTE - CMB/CAMOAR (31/12/2015) | | | | | | | |
|---|----------------|--------------|------------|------------------------|-----------------------|-----------------------|--------------------------|
| NOTA FISCAL | NÚMERO INVOICE | DATA INVOICE | EMISSÃO NF | FATURAMENTO US\$ | PAGAMENTO US\$ | SALDO US\$ | SALDO R\$ |
| 1146 | 51/2011 - AR | 07/11/2011 | 29/11/2011 | \$2.123.782,08 | \$1.859.590,08 | \$264.192,00 | R\$ 1.031.537,66 |
| 1484 | 06/2012 - AR | 04/06/2012 | 05/06/2012 | \$3.635.044,80 | \$3.280.388,80 | \$354.656,00 | R\$ 1.384.754,35 |
| 2720 | 06/2013 - AR | 12/12/2013 | 12/12/2013 | \$808.473,60 | \$0,00 | \$808.473,60 | R\$ 3.156.685,17 |
| 2752 | 08/2012 - AR | 11/04/2014 | 11/04/2014 | \$40.000,00 | \$0,00 | \$40.000,00 | R\$ 156.180,00 |
| 2760 | 05/2014 - AR | 08/05/2014 | 20/05/2014 | \$40.000,00 | \$0,00 | \$40.000,00 | R\$ 156.180,00 |
| 2850 | 07/2014 - AR | 11/07/2014 | 10/12/2014 | \$3.340.800,00 | \$2.998.320,00 | \$342.480,00 | R\$ 1.337.213,16 |
| 3020 | 01/2015 - AR | 10/11/2015 | 11/11/2015 | \$354.564,00 | \$0,00 | \$354.564,00 | R\$ 1.384.395,14 |
| 3031 | 02/2015 - AR | 10/11/2015 | 18/11/2015 | \$605.211,00 | \$0,00 | \$605.211,00 | R\$ 2.363.046,35 |
| 3032 | 02A/2015 - AR | 10/11/2015 | 18/11/2015 | \$14.688,00 | \$0,00 | \$14.688,00 | R\$ 57.349,30 |
| 3044 | 03/2015 - AR | 23/11/2015 | 25/11/2015 | \$343.254,00 | \$0,00 | \$343.254,00 | R\$ 1.340.235,24 |
| 3053 | 04/2015 - AR | 02/12/2015 | 01/12/2015 | \$361.320,00 | \$0,00 | \$361.320,00 | R\$ 1.410.773,94 |
| 3086 | 05/2015 - AR | 14/12/2015 | 15/12/2015 | \$1.108.048,00 | \$0,00 | \$1.108.048,00 | R\$ 4.326.373,42 |
| 3100 | 06/2015 - AR | 21/12/2015 | 22/12/2015 | \$298.089,00 | \$0,00 | \$298.089,00 | R\$ 1.163.888,50 |
| 3101 | 06/2015 - AR | 21/12/2015 | 22/12/2015 | \$29.376,00 | \$0,00 | \$29.376,00 | R\$ 114.698,59 |
| TOTAL | | | | \$13.102.650,48 | \$8.138.298,88 | \$4.964.351,60 | R\$ 19.383.310,82 |

No exercício de 2015 a CMB reconheceu Variação Cambial Ativa referente a atualização dos saldos a receber da UTE – CMB/CAMOAR e do Banco Central da Venezuela, nos valores de R\$ 3.597.000,83 (três milhões, quinhentos e noventa e sete mil reais e oitenta e três centavos) e R\$ 432.373,01 (quatrocentos e trinta e dois mil, trezentos e setenta e três reais e um centavo), respectivamente, reconheceu também, Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD nos montantes de R\$ 4.045.144,97 (quatro milhões, quarenta e cinco mil, cento e quarenta e quatro reais e noventa e sete centavos) e R\$ 715.008,54 (setecentos e quinze mil, oito reais e cinquenta e quatro centavos).

4.3 – SERVIÇOS E CUSTOS EXECUTADOS A FATURAR

| VALORES (EM R\$) | | |
|--------------------|-----------------------|-----------------------|
| SERVIÇOS A FATURAR | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Sicobe | 300.156.351,06 | 113.502.934,02 |
| Scorpions | 31.544.657,95 | 11.377.125,17 |
| TOTAL | 331.701.009,01 | 124.880.059,19 |

| VALORES (EM R\$) | | |
|------------------|-----------------------|----------------------|
| CUSTO DO SERVIÇO | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Sicobe | 190.674.322,01 | 72.102.738,84 |
| Scorpions | 16.168.403,70 | 7.573.264,64 |
| TOTAL | 206.842.725,71 | 79.676.003,48 |

4.3.1 – Trata-se de apropriação de receitas de serviços a faturar e seu custo proporcional, relativamente ao programa de leitura e controle dos Serviços de Rastreamento de Bebidas (SICOBEB) e dos Serviços de Rastreamento de Selos de Cigarros (SCORPIOS) dos meses de novembro e dezembro de 2015, realizados nas indústrias de bebidas e cigarros por força das Leis nº 10.833/2003 e 11.488/2007.

4.4 – ADIANTAMENTO DE FÉRIAS

O valor de R\$ 8.040.447,43 (oito milhões, quarenta mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e três centavos) registrado nesta rubrica – está constituído com base no artigo 145 da Consolidação das Leis de Trabalho, Decreto Lei nº 5.452/43 – que determina o pagamento dois dias antes do prazo previsto para o início do gozo das férias.

| VALORES (EM R\$) | | |
|------------------------|---------------------|---------------------|
| DESCRIÇÃO | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| ADIANTAMENTO DE FÉRIAS | 8.040.447,43 | 6.010.002,59 |
| TOTAL | 8.040.447,43 | 6.010.002,59 |

4.5 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR/COMPENSAR DE CURTO PRAZO

| VALORES (EM R\$) | | |
|--|-----------------------|----------------------|
| IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR/COMPENSAR | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| IPI A COMPENSAR | 10.619.970,86 | 8.686.753,82 |
| ICMS A COMPENSAR | 7.328.982,27 | 3.652.713,36 |
| IR E CSLL A RECUPERAR - Crédito Tributário | 88.044.986,58 | 76.195.554,11 |
| IRRF A COMPENSAR - Aplicações Financeiras | 1.139.542,74 | 0,00 |
| IRRF A COMPENSAR - Retenção de Órgãos Públicos | 1.907.497,11 | 0,00 |
| OUTROS TRIBUTOS | 170.125,42 | 170.125,42 |
| TOTAL | 109.211.104,98 | 88.705.146,71 |

Os valores de R\$ 10.619.970,86 (dez milhões, seiscentos e dezenove mil, novecentos e setenta reais e oitenta e seis centavos) e R\$ 7.328.982,27 (sete milhões, trezentos e vinte e oito mil, novecentos e oitenta e dois reais e vinte e sete centavos) referem-se à apropriação do crédito nas operações de aquisição de matérias primas, de IPI e ICMS respectivamente. O Imposto de Renda e a Contribuição Social a Recuperar no valor de R\$ 88.044.986,58 (oitenta e oito milhões, quarenta e quatro mil, novecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e oito centavos) são créditos tributários acumulados e corrigidos monetariamente pela Taxa Selic provenientes de saldos credores de Declarações de Imposto de Pessoa Jurídica – DIPJ's anuais. O valor de R\$ 1.139.542,74 (um milhão, cento e trinta e nove mil, quinhentos e quarenta e dois reais e setenta e quatro centavos) refere-se ao saldo de IRRF incidentes no ganho de aplicações financeiras. O saldo de R\$ 1.907.497,11 (um milhão, novecentos e sete mil, quatrocentos e noventa e sete reais e onze centavos) é proveniente de retenções por parte de órgãos públicos na ocasião da liquidação de nossas notas fiscais de faturamento.

A isenção tributária da CMB no faturamento decorrente da fabricação dos produtos com exclusividade para o BACEN, ECT, RFB, DPF e MRE está disposta no art. 11 da Lei nº 5.895/1973, reconhecida pelos Pareceres da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – Parecer PGFN nº 907/2005, nº 2.338/2007 e nº 1.409/2009, além das decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) nos Recursos Extraordinários 610.517 e 592.792 e na Ação Civil Originária 2179.

4.6 – OUTROS VALORES A RECEBER

| VALORES (EM R\$) | | |
|---------------------------------------|---------------------|---------------------|
| OUTROS CRÉDITOS | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| PESSOAL CEDIDO | 2.648.511,54 | 2.109.049,81 |
| DEPÓSITOS E CAUÇÕES | 1.259.347,98 | 1.259.347,98 |
| INSS - CONVÊNIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 0,00 | 16.762,81 |
| FOLHA DE PAGAMENTO | 160.455,88 | 159.153,67 |
| OUTROS CRÉDITOS A RECEBER | 33.383,00 | 35.178,33 |
| TOTAL | 4.101.698,40 | 3.579.492,60 |

4.6.1 – CRÉDITO PESSOAL CEDIDO

O saldo da Conta de Crédito Pessoal Cedido corresponde a valores a serem ressarcidos à CMB pelos Órgãos abaixo mencionados referentes às remunerações de empregados desta empresa, cedidos aos Órgãos. Cabe ressaltar que tais empregados são os que retornaram à CMB, conforme anistia reconhecida pela Lei nº 8.878/1994, e cuja cessão é amparada pela Orientação Normativa MPOG/RH, de 09/07/2008. A CMB vem praticando diversas ações de gestão de recuperação de tais créditos junto aos Órgãos, inclusive através de conciliação na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF, bem como através de Ações Judiciais.

| CRÉDITO PESSOAL CEDIDO | VALORES (EM R\$) | |
|---|---------------------|----------------|
| | 31/12/2015 | PERCENTUAL |
| Universidade Federal de São João del-Rei - Pro-Reitoria | 835.926,69 | 31,56% |
| Tribunal Regional Federal da 2ª Região | 487.675,19 | 18,41% |
| Inst Federal de Educ. Ciência e Tec. do Rio de Janeiro | 407.719,22 | 15,39% |
| Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro | 274.977,28 | 10,38% |
| Coordenação Geral de Gestão de Recursos Humanos - MTE | 177.170,05 | 6,69% |
| Procuradoria Geral da Fazenda Nacional | 134.054,05 | 5,06% |
| Coordenação Geral de Gestão de Pessoas - MPOG | 101.038,96 | 3,81% |
| Fundação IBGE - Administração Central / RJ | 59.917,08 | 2,26% |
| Defensoria Pública da União | 49.475,96 | 1,87% |
| Universidade Federal Fluminense | 48.641,96 | 1,84% |
| Prefeitura do Rio de Janeiro | 40.499,36 | 1,53% |
| Cifrao Fundação de Previdência da Casa da Moeda | 31.417,74 | 1,19% |
| TOTAL | 2.648.511,54 | 100,00% |

4.7 – ESTOQUES

O levantamento físico dos estoques é realizado por inventários rotativos (contagem cíclica). Os itens são selecionados diariamente pelo Sistema Integrado ERP. Os materiais são previamente cadastrados por Classe e Grupo e para cada Classe é definida a periodicidade com que se quer contar. Definidos os parâmetros, diariamente os itens são selecionados, contados e ajustados. O programa de contagem do sistema garante que todos os itens sejam verificados ao menos uma vez no decorrer do exercício. Em observância às Normas Internacionais, o valor de custo do estoque inclui todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição atual. Os estoques foram mensurados pelo valor do custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor. A variação na rubrica de estoques é explicada basicamente pela redução de aquisição de matéria-prima. O valor de estoque consumido no exercício de 2015 reconhecido como custo de produto foi de R\$ 250.882.085,65 (duzentos e cinquenta milhões, oitocentos e oitenta e dois mil, oitenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos).

| VALORES (EM R\$) | | |
|--------------------------|-----------------------|-----------------------|
| ESTOQUES | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Produtos Acabados | 52.578.710,65 | 69.443.323,88 |
| Produtos em Processo | 55.113.958,35 | 38.620.986,18 |
| Matéria-Prima | 98.420.403,08 | 135.250.032,30 |
| Almoxarifado | 18.368.428,87 | 20.191.551,31 |
| Importações em Andamento | 0,00 | 282.593,18 |
| TOTAL | 224.481.500,95 | 263.788.486,85 |

4.8 – DESPESAS ANTECIPADAS

As Despesas Antecipadas no valor de R\$ 224.238,26 (duzentos e vinte e quatro mil, duzentos e trinta e oito reais e vinte e seis centavos) são referentes à última parcela do prêmio de Seguros de Riscos.

| VALORES (EM R\$) | | |
|-----------------------------|-------------------|-------------------|
| DESPESAS ANTECIPADAS | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Seguros de Riscos a Diferir | 224.238,26 | 225.101,92 |
| Seguro Garantia a Diferir | 0,00 | 34.113,00 |
| TOTAL | 224.238,26 | 259.214,92 |

4.8.1 – COBERTURA DE SEGUROS

Os bens da CMB estão assegurados por valores suficientes à cobertura de eventuais sinistros, conforme segue:

| MODALIDADE | RAMO | VALORES EM RISCO (EM R\$) | LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO (EM R\$) |
|-----------------------------|------------------------|---------------------------|---------------------------------------|
| Imobilizado/Estoque | Incêndio/Raio/Explosão | 959.498.500,00 | 655.000.000,00 |
| Imobilizado | Danos Elétricos | 0,00 | 50.000.000,00 |
| Operações Parque Industrial | Vazamento de Sprinkl | 0,00 | 40.000.000,00 |
| TOTAL | | 959.498.500,00 | 745.000.000,00 |

NOTA 5 – ATIVO NÃO CIRCULANTE - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO
5.1 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

| VALORES (EM R\$) | | |
|---|---------------------|----------------------|
| CLIENTES A LONGO PRAZO | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| São Paulo Transportes SA | 0,00 | 4.023.339,92 |
| Detran do Estado do Rio de Janeiro | 0,00 | 3.982.641,34 |
| Secretaria da Receita Federal do Brasil | 1.111.676,16 | 1.111.676,16 |
| Tribunal de Justiça de Santa Catarina | 0,00 | 592.756,19 |
| Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos | 504.718,33 | 504.718,33 |
| Coordenação-Geral de Planejamento e Integração Consular - MRE | 489.059,20 | 489.059,20 |
| Coordenação Geral de Logística - Ministério da Justiça | 450.450,00 | 450.450,00 |
| Apoio Engenharia e Comunicações Ltda | 0,00 | 297.835,46 |
| RDF&B/Savoysa Investimentos e Participações | 0,00 | 97.500,00 |
| Departamento da Polícia Federal | 70.509,92 | 70.509,92 |
| Detran do Estado do Espírito Santo | 0,00 | 43.261,08 |
| Companhia do Metropolitan de São Paulo | 0,00 | 39.237,54 |
| Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul | 31.415,42 | 31.415,42 |
| UEI Telecomunicações Ltda | 0,00 | 14.560,00 |
| Conselho Federal de Contabilidade | 1.023,00 | 1.023,00 |
| TOTAL | 2.658.852,03 | 11.749.983,56 |

A variação desta rubrica em sua grande parte é decorrente de reclassificações para Créditos a Receber por Ações Judiciais, em virtude da avaliação jurídica e conforme recomendação constante do Relatório de Auditoria nº 201501301, da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União, de 03/06/2015.

A recuperação dos valores devidos pelo Departamento de Polícia Federal e pela Coordenação Geral de Logística – Ministério da Justiça se dará mediante procedimentos administrativos de conciliação e arbitragem junto à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF.

5.2 – SERVIÇOS E CUSTOS EXECUT

5.5 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR/COMPENSAR DE LONGO PRAZO

| IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR/COMPENSAR | VALORES (EM R\$) | |
|--|-----------------------|-----------------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| IR E CSLL A RECUPERAR - Crédito Tributário | 161.063.674,62 | 104.901.042,21 |
| COFINS A COMPENSAR - Insumos | 491.175.322,33 | 475.591.547,66 |
| PASEP A COMPENSAR - Insumos | 106.705.646,43 | 103.210.954,39 |
| COFINS A COMPENSAR - Retenção de Órgãos Públicos | 77.617.583,23 | 75.671.895,81 |
| CSLL A RECUPERAR - DIPJ | 0,00 | 42.070.036,25 |
| PASEP A COMPENSAR - Retenção de Órgãos Públicos | 16.816.969,82 | 16.395.404,13 |
| TOTAL | 853.379.196,43 | 817.840.880,45 |

O valor de R\$ 161.063.674,62 (cento e sessenta e um milhões, sessenta e três mil, seiscentos e setenta e quatro reais e sessenta e dois centavos) do Imposto de Renda e da Contribuição Social a Recuperar, são créditos tributários acumulados provenientes de Declarações de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - DIPJ's anuais, corrigidos monetariamente pela Taxa Selic. Os saldos credores de R\$ 491.175.322,33 (quatrocentos e noventa e um milhões, cento e setenta e cinco mil, trezentos e vinte e dois reais e trinta e três centavos) e R\$ 106.705.646,43 (cento e seis milhões, setecentos e cinco mil, seiscentos e quarenta e seis reais e quarenta e três centavos) apurados sobre Cofins e PASEP a Compensar - Insumos, são provenientes da aquisição de matéria prima e serviços, utilizados na fabricação de produtos/serviços, com exclusividade conforme legislação vigente.

Os saldos credores de R\$ 77.617.583,23 (setenta e sete milhões, seiscentos e dezessete mil, quinhentos e oitenta e três reais e vinte e três centavos) e R\$ 16.816.969,82 (dezesseis milhões, oitocentos e dezesseis mil, novecentos e sessenta e nove reais e oitenta e dois centavos) apurados sobre COFINS e PASEP a Compensar - Retenção de Órgãos Públicos, são decorrentes do aproveitamento nas declarações das retenções tributárias dos Clientes de vendas com exclusividade: Banco Central do Brasil - BACEN, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, Receita Federal do Brasil - RFB, Departamento da Polícia Federal - DPF e Ministério das Relações Exteriores - MRE, na liquidação de suas respectivas faturas.

A isenção tributária da CMB no faturamento decorrente da fabricação dos produtos com exclusividade para o BACEN, ECT, RFB, DPF e MRE está disposta no art. 11 da Lei nº 5.895/1973, reconhecida pelos Pareceres da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - Parecer PGFN nº 907/2005, nº 2.338/2007 e nº 1.409/2009, além das decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) nos Recursos Extraordinários 610.517 e 592.792 e na Ação Civil Originária 2179.

As variações nas contas PIS/PASEP a Compensar e COFINS a Compensar são devidas a acúmulo de créditos recuperados com maior incidência nos faturamentos à Sipa Indústria de Tintas e Sistemas Ltda., referentes aos Programas SICOBE e SCORPIOS.

5.6 – CRÉDITOS A RECEBER POR AÇÕES JUDICIAIS

A Casa da Moeda do Brasil reconhece e divulga as suas contingências ativas de acordo com os critérios definidos pela Deliberação CVM nº 594/2009, que aprovou o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, porém, em atendimento a recomendação constante do Relatório de Auditoria nº 201501301, da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União, de 03/06/2015, revisou todos os valores a receber objetos de ações judiciais, suas rotinas e controles para somente reconhecer créditos *sub judice*, no ativo da CMB, após o trânsito em julgado, conforme Ofício Circular SEP SNC 02/2011, da CVM, em consonância com as boas práticas de governança aplicáveis.

Sendo assim, também em atendimento ao relatório em questão, levamos a resultado o valor de R\$ 12.670.868,09 (doze milhões, seiscentos e setenta mil, oitocentos e sessenta e oito reais e nove centavos), referente ao Processo nº 2011.51.01.020275-0.

A composição da conta Créditos a Receber por Ações Judiciais foi realizada mediante avaliação dos processos judiciais pelo Departamento Jurídico e classificada como praticamente certa a probabilidade de ocorrência de entrada de recursos, conforme quadro a seguir:

| PROCESSOS JUDICIAIS – PRATICAMENTE CERTOS | VALORES (EM R\$) | |
|---|----------------------|----------------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| IPI - PROCESSO Nº 2011.51.01.020275-0 | 0,00 | 12.670.868,09 |
| ADAUTO LEITÃO DE ARAUJO JUNIOR | 23.320,00 | 0,00 |
| UEI TELECOMUNICAÇÕES LTDA | 20.596,87 | 0,00 |
| ACÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS - CONTRATOS DE PATROCÍNIO | 207.319,88 | 0,00 |
| ACÓPLAST IND. E COM. LTDA. | 11.039.609,00 | 15.397.219,19 |
| DETRAN-RJ | 5.008.025,74 | 0,00 |
| DETRAN-ES | 433.219,25 | 0,00 |
| ESTADO DE SANTA CATARINA | 230.024,92 | 0,00 |
| APOIO ENGENHARIA E COMUNICAÇÕES LTDA. | 326.772,93 | 0,00 |
| UNIÃO FEDERAL | 4.634,20 | 0,00 |
| TETRACAIXA INDª E COMª DE EMBALAGENS LTDA | 103.981,00 | 0,00 |
| RFB & B CORRETORA DE MERCADORIAS E PARTICIPAÇÕES LTDA | 97.500,00 | 0,00 |
| CDP DO BRASIL TECNOLOGIA E EQUIPAMENTOS LTDA | 59.826,68 | 0,00 |
| HEART LINE METALURGICA E TECNOLOGIA LTDA | 27.187,09 | 0,00 |
| EMPRESA BRASILENSE DE TURISMO | 0,00 | 13.650,00 |
| EMPRESA MULTY MAKER COMª E REPRESENTAÇÕES LTDA | 24.587,41 | 25.661,07 |
| EMPRESA CENTRES TECNOLÓGICO DE RESÍDUOS S/A | 18.563,35 | 0,00 |
| EMPRESA BRASILEIRA DE TRANSPORTES LTDA | 16.000,00 | 0,00 |
| RIOMÍDIA INFORMÁTICA LTDA | 10.524,28 | 0,00 |
| MOKVA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA | 2.147,50 | 0,00 |
| MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO | 191.623,79 | 0,00 |
| AÇÕES INDENIZATORIAS | 48.432,69 | 0,00 |
| CONSTRUTORA SALES | 4.304,31 | 0,00 |
| WELLBORN INFORMÁTICA DO BRASIL LTDA. | 35.334,61 | 0,00 |
| TOTAL | 17.933.535,50 | 28.107.398,35 |

Os processos judiciais/administrativos do quadro abaixo foram analisados pelo Departamento Jurídico e classificados como sendo provável a probabilidade de ocorrência de entrada de recursos, esses valores não foram reconhecidos nas Demonstrações Financeiras do exercício de 2015, conforme preceitua o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

| PROCESSOS JUDICIAIS/ADMINISTRATIVOS - PROVÁVEIS | VALORES (EM R\$) | |
|---|-----------------------|-----------------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| PROCESSOS JUDICIAIS | 293.570.763,74 | 953.703.287,89 |
| PROCESSOS ADMINISTRATIVOS | 630.935.205,27 | 0,00 |
| TOTAL | 924.505.969,01 | 953.703.287,89 |

Em atendimento a recomendação constante do Relatório de Auditoria nº 201501301, da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União, de 03/06/2015, a CMB passa a divulgar os processos judiciais que foram analisados pelo Departamento Jurídico e classificados como sendo não provável a probabilidade de ocorrência de entrada de recursos, conforme especificado no quadro a seguir:

| PROCESSOS JUDICIAIS - NÃO PROVÁVEL | VALORES (EM R\$) | |
|------------------------------------|-----------------------|----------------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| PROCESSOS JUDICIAIS | 247.888.251,71 | 33.514.949,95 |
| TOTAL | 247.888.251,71 | 33.514.949,95 |

5.7 – DEPÓSITOS JUDICIAL E RECURSAL

Os valores dos recursos impretados pela Casa da Moeda do Brasil foram atualizados pelos índices de correção adotados pelo Tribunal Superior do Trabalho - TST, até 31/12/2015.

| CRÉDITOS | VALORES (EM R\$) | |
|-----------------------------|----------------------|----------------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Judicial | 11.889.145,40 | 8.931.315,45 |
| Recursal (atualizado SELIC) | 5.284.102,11 | 4.581.523,23 |
| TOTAL | 17.173.247,51 | 13.512.838,68 |

5.8 – INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

| TÍTULOS - VALOR CONTÁBIL | VALORES (EM R\$) | |
|----------------------------|-------------------|-------------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| BETA SA | 11.284,47 | 11.284,47 |
| CIA INDUSTRIAL DE MADEIRAS | 65.379,63 | 65.379,63 |
| CIA TROPICAL DE HOTEIS | 133.822,38 | 133.822,38 |
| COPENE (BRASKEN SA) | 77.908,42 | 77.908,42 |
| COPENOR | 48.059,34 | 48.059,34 |
| ENGEX SA | 26.378,82 | 26.378,82 |
| FACEPA | 99.313,93 | 99.313,93 |
| POLIPLAST | 52.643,81 | 52.643,81 |
| SEMP TOSHIBA AMAZÔNIA | 132.257,54 | 132.257,54 |
| TOTAL | 647.048,34 | 647.048,34 |

A Provisão para Perda de Investimentos Temporários nos valores de R\$ 109.795,40 (cento e nove mil, setecentos e noventa e cinco reais e quarenta centavos) e R\$ 95.715,57 (noventa e cinco mil, setecentos e quinze reais e cinquenta e sete centavos) foram constituídas nos exercícios de 2015 e 2014, respectivamente, para ajustar os valores desses Investimentos a valor de mercado.

5.9 – OUTROS CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

| CRÉDITOS | VALORES (EM R\$) | |
|---------------------------|---------------------|---------------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Notas do Tesouro Nacional | 1.648.241,30 | 2.997.389,98 |
| TOTAL | 1.648.241,30 | 2.997.389,98 |

| NOTAS DO TESOURO NACIONAL | VALORES (EM R\$) | |
|---------------------------|---------------------|---------------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| DATA BASE | VENCIMENTO | |
| 16/06/2000 | 16/06/2015 | 128.256,89 |
| 28/12/2000 | 28/12/2015 | 1.341.615,08 |
| 01/01/2004 | 01/01/2020 | 1.425,17 |
| 01/01/2006 | 01/01/2021 | 286.653,43 |
| 01/01/2014 | 01/01/2030 | 1.360.162,70 |
| TOTAL | 1.648.241,30 | 2.997.389,98 |

Os créditos relativos às Notas do Tesouro Nacional são corrigidos pela Taxa Referencial - TR - conforme suas datas bases e atribuídos juros de 6% ao ano.

NOTA 6 – ATIVO NÃO CIRCULANTE – INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL.
6.1 – INVESTIMENTOS - PARTICIPAÇÕES POR INCENTIVOS FISCAIS

Representam Certificados de Investimento - CI - provenientes de incentivos fiscais do FINOR e FINAM de Declarações de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - DIPJ's no valor de R\$1.669.906,59 (um milhão, seiscentos e sessenta e nove mil, novecentos e seis reais e cinquenta e nove centavos), mantidos em custódia no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para liquidação no mercado em atendimento ao Decreto nº 1.068/1994, que trata da desmobilização da Participação de Empresas Públicas e Estatais em outras empresas sem nenhuma interferência da CMB.

| CERTIFICADO DE INVESTIMENTO | VALORES (EM R\$) | |
|-----------------------------|------------------|-----------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| FINOR | 459.504,93 | 459.504,93 |
| FINAM | 1.210.401,66 | 1.210.401,66 |
| PROVISÃO PARA PERDA | (1.668.729,98) | (1.667.740,11) |
| TOTAL | 1.176,61 | 2.166,48 |

O ajuste ao valor de mercado implicou em Provisão para perdas de R\$ 1.668.729,98 (um milhão, seiscentos e sessenta e oito mil, setecentos e vinte e nove reais e noventa e oito centavos).

6.2 – IMOBILIZADO

O valor contábil do Ativo Imobilizado no Exercício de 2015 deduzido da depreciação, teste de Impairment e amortização, está demonstrado no quadro abaixo:

| COMPOSIÇÃO | VALORES (EM R\$) | |
|--------------------------|-----------------------|-----------------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| ATIVO IMOBILIZADO | 823.030.409,17 | 860.265.965,08 |
| Imobilizado Técnico | 813.597.742,00 | 846.730.169,34 |
| Intangível | 9.432.667,17 | 13.535.795,74 |

6.2.1 – IMOBILIZADO TÉCNICO

A CMB adotou os procedimentos dos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamento Contábil - CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos e CPC 27 - Ativo Imobilizado e da Interpretação Técnica ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado, para controle e contabilização dos bens patrimoniais. O montante pelo qual os

bens patrimoniais estão reconhecidos depois da dedução de toda respectiva Depreciação Acumulada, Amortização Acumulada e Ajuste para Perda, asseguram que os bens patrimoniais estão registrados contabilmente por valores que não excedam seus valores de recuperação de venda.

Segue o quadro comparativo da evolução e composição do Ativo Não Circulante - Imobilizado:

6.2.1.1 - As classes do Ativo Imobilizado foram avaliadas conforme a seguir:

| ITENS | VALORES (EM R\$) | |
|--|-------------------------|-------------------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| BENS E VALORES CORRIGIDOS | 1.381.445.956,21 | 1.164.975.615,32 |
| Edifícios | 96.822.179,62 | 98.368.534,78 |
| Terrenos | 3.883.737,89 | 3.883.737,89 |
| Outros | 22.280,00 | 7.840,00 |
| Salas e Escritórios | 9.944.004,63 | 9.944.004,63 |
| Instalações | 137.797.964,12 | 137.800.006,24 |
| Coleções e Materiais Bibliográficos | 227.181,37 | 227.181,37 |
| Discotecas e Filmotecas | 301.408,64 | 301.408,64 |
| Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial | 1.073.349.859,07 | 860.123.878,21 |
| Equipamentos de Processamento de Dados | 30.268.676,37 | 28.113.476,03 |
| Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório | 185.094,91 | 185.094,91 |
| Mobiliário em Geral | 22.762.874,15 | 20.457.756,69 |
| Material de Uso Duradouro | 1.555.100,99 | 1.242.176,99 |
| Obras de Artes e Peças para Museu | 490.966,90 | 485.891,38 |
| Veículos Diversos | 2.474.898,10 | 2.474.898,10 |
| Projetos e Softwares | 1.359.729,45 | 1.359.729,45 |
| (-) DEPRECIACÃO | (631.134.598,85) | (584.033.951,05) |
| (-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL | (900.095,09) | (498.846,27) |
| IMOBILIZAÇÃO EM ANDAMENTO | 23.480.685,73 | 16.792.466,86 |
| Obras em Andamento | 20.801.016,76 | 13.493.399,54 |
| Bens Móveis em Almoxarifado | 2.679.668,97 | 3.299.067,32 |
| IMPORTAÇÃO EM ANDAMENTO | 40.705.794,00 | 249.494.884,48 |
| TOTAL | 813.597.742,00 | 846.730.169,34 |

a) os critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto de cada item do Imobilizado foi através do valor contábil original de aquisição e pelo valor da atualização cambial nas Importações em Andamento;

b) o método de depreciação empregado foi o da depreciação da vida útil econômica determinado pela Lei nº 11.638/2007; e

c) a vida útil de cada bem e as taxas de depreciação foram aplicadas de acordo com o período de tempo durante o qual a CMB espera utilizar o respectivo bem.

6.2.1.2 - O valor contábil bruto e a Depreciação Acumulada (mais as perdas acumuladas por redução ao valor recuperável) no início e no final do período são:

| COMPOSIÇÃO | VALORES (EM R\$) | |
|---------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Saldo Inicial | 846.730.189,34 | 889.320.956,41 |
| Aquisições Exercício | 30.214.231,60 | 22.862.752,87 |
| Baixas Imobilizado | (2.189.148,62) | (747.994,57) |
| Depreciação | (60.756.281,50) | (64.624.320,17) |
| Redução ao Valor Recuperável do Ativo | (401.248,82) | (81.205,20) |
| Saldo Final do Exercício | 813.597.742,00 | 846.730.189,34 |

6.2.1.3 - O valor total da depreciação/amortização apurado pelo método de vida útil econômica de acordo com a Lei nº 11.638/2007 no Exercício de 2015 é de R\$ 65.432.754,09 (sessenta e cinco milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e nove centavos), dividido da seguinte forma:

a) Depreciação/amortização fabril utilizada diretamente em custos - R\$ 44.250.220,08 (quarenta e quatro milhões, duzentos e cinquenta mil, duzentos e vinte reais e oito centavos);

b) Depreciação/amortização administrativa utilizada na área de apoio - R\$ 21.182.534,01 (vinte e um milhões, cento e oitenta e dois mil, quinhentos e trinta e quatro reais e um centavo).

6.2.1.4 - Desenvolvimento dos trabalhos de avaliação da estimativa de vida útil e do valor residual dos bens patrimoniais.

O trabalho de análise dos bens do Ativo Imobilizado foi elaborado para atendimento à Lei nº 11.638/2007 e adequação às novas Normas Contábeis emanadas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Nesta ação, foi apurado o Valor Atual Patrimonial em Uso, assim como calculada e determinada a Vida Útil Remanescente para os referidos bens patrimoniais, sendo realizados trabalhos de pesquisa de mercado e cálculos avaliatórios para os mesmos.

6.2.1.5 - Efeito no resultado do exercício oriundo das mudanças nos valores das depreciações.

Com o advento da Lei nº 11.638/2007 não foram mais aplicadas as taxas de depreciação fiscal no país, conforme determinado pela Receita Federal do Brasil - RFB. A Legislação em vigor iniciou uma nova modalidade de se apurar a depreciação orientando a realizar uma análise criteriosa dos bens da empresa, estimar sua vida útil econômica e seu valor residual. A prática adotada pela RFB ficou restrita apenas para fins de apuração dos impostos, sendo os valores de depreciação controlados em registros auxiliares.

A variação entre a depreciação apurada pela Lei nº 11.638/2007, em relação à depreciação apurada para fins fiscais definido pela RFB, provocou o seguinte efeito no resultado do exercício de 2015:

| DESCRIÇÃO | VALORES (EM R\$) | |
|---------------------------------|----------------------|----------------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Depreciação Fiscal - RFB | 89.338.573,14 | 84.161.376,83 |
| Depreciação da Lei nº 11.638/07 | (65.432.754,09) | (70.557.879,69) |
| RESULTADO | 23.905.819,05 | 13.603.497,14 |

6.2.2 – IMOBILIZAÇÕES EM ANDAMENTO

Os valores dos ativos dos contratos nº 989/2010, nº 231/2011 e nº 975/2011, no total de R\$ 11.465.209,79 (onze milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, duzentos e nove reais e setenta e nove centavos), constantes na conta "Obras e Andamento", em fase de conclusão, serão transferidos para conta "Edificação/Instalação" no exercício de 2016.

| Nº CONTRATO | FORNECEDOR | VALOR DO CONTRATO (EM R\$) | VALOR REALIZADO (EM R\$) | SALDO CONTRATUAL (EM R\$) |
|-------------|------------------------------------|----------------------------|--------------------------|---------------------------|
| | | | | |
| 0231/2011 | Naturesani Saneamento | 2.828.723,84 | 2.487.136,73 | 341.587,11 |
| 0975/2011 | Construtora Litorânea | 9.982.676,18 | 8.766.073,61 | 1.216.602,57 |
| 0265/2013 | Emida Instalações e Engenharia | 1.629.675,56 | 1.291.041,43 | 338.634,13 |
| 0047/2014 | CEI - Serviços de Engenharia Ltda. | 998.490,89 | 998.490,89 | 0,00 |
| 0051/2014 | MM Locações e Construções | 5.261.898 | | |

Na rubrica de Fornecedores estão apropriadas as obrigações com as compras dos insumos no País e no Exterior, como também, as obrigações a pagar com os custos apropriados por competência no mês de novembro e dezembro referentes aos serviços de contagem dos Selos Fiscais Inteligentes - SICOBÉ e SCORPIOS, no valor de R\$ 314.690.025,98 (trezentos e quatorze milhões, seiscentos e noventa mil, vinte e cinco reais e noventa e oito centavos).

7.2 – EXIGIBILIDADE COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

O valor de R\$ 13.000.849,43 (treze milhões, oitocentos e quarenta e nove reais e quarenta e três centavos) corresponde à exigibilidade da CMB com pessoal e seus devidos encargos conforme explicitado no quadro a seguir:

| VALORES (EM R\$) | | |
|--|----------------------|----------------------|
| EXIGIBILIDADE COM PESSOAL E ENCARGOS | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| PESSOAL A PAGAR | 406.135,66 | 27.693.541,09 |
| INSS A RECOLHER | 8.713.520,30 | 6.841.612,78 |
| FGTS A RECOLHER | 3.184.512,19 | 2.513.756,12 |
| OUTRAS CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER (SESI/SENAI) | 696.681,28 | 572.150,62 |
| TOTAL | 13.000.849,43 | 37.621.060,61 |

A CMB no exercício de 2015 provisionou os valores referentes ao impacto do PCCS no montante de R\$ 13.666.318,46 (treze milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, trezentos e dezoito reais e quarenta e seis centavos), além do impacto do Plano de Demissão Voluntária Fase I (PDV I), no montante de R\$ 12.464.562,45 (doze milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e dois reais e quarenta e cinco centavos).

A segunda fase de implantação do PDV seguiu os mesmos moldes da primeira fase e foi iniciada no dia 23/09/2015, após aprovação em Reunião de Diretoria. O período de adesão ocorreu entre os dias 23/09 a 16/10/2015.

O total de empregados que aderiram ao PDV II foi de 08, discriminados por cargos, conforme exposto no quadro abaixo:

| CARGO | QUANTIDADE | PERCENTUAL |
|-----------------------|------------|----------------|
| Analista | 2 | 25,00% |
| Técnico Especializado | 2 | 25,00% |
| Técnico Operacional | 4 | 50,00% |
| TOTAL | 8 | 100,00% |

7.2.1 – PROVISÃO PARA FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS

A Provisão para Férias e Encargos Sociais constituída no valor de R\$ 45.195.881,98 (quarenta e cinco milhões, cento e noventa e cinco mil, oitocentos e oitenta e um reais e noventa e oito centavos) foi realizada em função do número de dias que cada empregado tem direito, valorada à remuneração mensal da data do Balanço.

| VALORES (EM R\$) | | |
|---|----------------------|----------------------|
| PROVISÃO PARA FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Provisão para Férias | 45.195.881,98 | 37.327.112,22 |
| TOTAL | 45.195.881,98 | 37.327.112,22 |

7.3 – PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO

A Participação nos Lucros e Resultados foi estabelecida conforme deliberação do Conselho de Administração – CONSAD – da Casa da Moeda do Brasil em sua 228ª Reunião Ordinária realizada no dia 11/12/2015, definindo o percentual de 9% sobre o Lucro Líquido Ajustado – LLA – gerado na Demonstração de Resultado do Exercício do período de 2015. Segue a composição do saldo da conta:

| VALORES (EM R\$) | | |
|--------------------------------------|----------------------|----------------------|
| PARTICIPAÇÃO NO LUCRO | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Participação dos Empregados no Lucro | 28.022.129,07 | 20.085.988,46 |
| Exercício Anterior | 167.919,18 | 0,00 |
| TOTAL | 28.190.048,25 | 20.085.988,46 |

7.4 – REMUNERAÇÃO VARIÁVEL ANUAL DOS DIRIGENTES

O Conselho de Administração da Casa da Moeda do Brasil – CMB, conforme disposto na Lei nº 6.404/1976, deliberou em sua 228ª Reunião Ordinária, no dia 11/12/2015, o valor de R\$ 430.722,53, (quatrocentos e trinta mil, setecentos e vinte e dois reais e cinquenta e três centavos) limitado a 02 (dois) honorários de cada Dirigente, relativos ao programa de Remuneração Variável Anual – RVA de Dirigentes da CMB para o exercício de 2015. O quadro a seguir contempla a composição do saldo da conta:

| VALORES (EM R\$) | | |
|---|-------------------|-------------------|
| REMUNERAÇÃO VARIÁVEL | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Remuneração Variável Anual dos Dirigentes | 430.722,53 | 400.000,00 |
| Exercício Anterior | 237.372,41 | 0,00 |
| TOTAL | 668.094,94 | 400.000,00 |

O saldo referente ao exercício anterior de R\$ 237.372,41 (duzentos e trinta e sete mil, trezentos e setenta e dois reais e quatro centavos) refere-se ao programa de Remuneração Variável Anual – RVA de Dirigentes da CMB, com percentual de 60% para o exercício corrente e 20% para os 02 (dois) exercícios subsequentes.

7.5 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

O valor de R\$ 8.495.737,24 (oito milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, setecentos e trinta e sete reais e vinte e quatro centavos) corresponde aos tributos a serem recolhidos no curto prazo, conforme detalhado a seguir:

| VALORES (EM R\$) | | |
|---|---------------------|---------------------|
| IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| IRRF – EMPREGADOS | 7.176.938,06 | 4.918.758,01 |
| INSS - FORNECEDORES DE SERVIÇOS | 420.635,62 | 418.796,91 |
| TRIBUTOS FEDERAIS RETIDOS POR ORGÃOS PÚBLICOS | 123.556,24 | 234.094,94 |
| ICMS A RECOLHER | 94.800,63 | 335.912,62 |
| ISS RETIDO DE TERCEIROS | 278.720,72 | 203.984,35 |
| ISS SOBRE MOVIMENTO ECONÔMICO | 35.311,03 | 551.244,21 |
| PASEP DIFERIDO | 70.397,70 | 70.397,70 |
| COFINS DIFERIDO | 295.377,24 | 295.377,24 |
| TOTAL | 8.495.737,24 | 7.028.565,98 |

7.6 – ADIANTAMENTO DE CLIENTES

| VALORES (EM R\$) | | |
|--------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| ADIANTAMENTO DE CLIENTES | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| SRF - SELO FÍSICO | 44.439.962,55 | 0,00 |
| SRF - PROGRAMA SCORPIOS/SICOBÉ | 181.732.188,34 | 155.853.605,64 |
| DIVERSOS CLIENTES | 535,36 | 21.417,47 |
| TOTAL | 226.172.686,25 | 155.875.023,11 |

O valor de R\$ 44.439.962,55 (quarenta e quatro milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, novecentos e sessenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos) refere-se a recebimentos ainda não identificados, assim que forem conciliados serão faturados no exercício de 2016. O valor de R\$ 181.732.188,34 (cento e oitenta e um milhões, setecentos e trinta e dois mil, cento e oitenta e oito reais e trinta e quatro centavos) refere-se ao repasse da Secretaria da Receita Federal do programa SICOBÉ/SCORPIOS.

7.7 – PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

| VALORES (EM R\$) | | |
|--|-------------------------|-------------------------|
| CONCILIAÇÃO DO IRPJ E CSLL | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Lucro do Exercício antes dos Impostos e Contribuições | 339.809.841,22 | 227.317.973,23 |
| Aliquota Normal | 34,00% | 34,00% |
| Despesas Esperadas à Taxa Nominal | 115.535.346,01 | 77.288.110,90 |
| TOTAL | 224.274.495,21 | 150.029.862,33 |
| ADIÇÕES E EXCLUSÕES | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Ajuste Teste de Impairment | (401.248,82) | (81.205,20) |
| Provisões e Reversões para Contingências | (767.062,97) | 2.175.594,51 |
| Provisões e Reversões para Créditos de Liquidação Duvidosa | 2.101.459,15 | 15.411.897,50 |
| Provisões e Reversões para Perda de Investimento | 110.785,27 | (1.527.563,28) |
| Participações no Lucro - Diretoria | 430.722,53 | 400.000,00 |
| Provisão e Reversão de Depreciação Acelerada Incentivada | 0,00 | 0,00 |
| Parcela do Lucro - Contratos de Pessoas Jurídicas de Direito Público | (19.133.948,09) | (20.067.846,22) |
| Dividendos Recebidos | (5.632,97) | (18.207,10) |
| Exclusão da Parcela Referente a Vendas Monopolizadas | (285.155.392,27) | (185.168.174,55) |
| Benefícios Fiscais dos Juros sobre Capital Próprio | 0,00 | 0,00 |
| Juros do Tesouro Nacional - Notas do Tesouro Nacional | (93.296,68) | (173.425,86) |
| Depreciação Fiscal maior que Depreciação Econômica | (23.905.819,05) | (25.237.123,68) |
| TOTAL | (285.155.392,27) | (185.168.174,55) |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Imposto de Renda | 0,00 | 2.905.722,89 |
| Contribuição Social | 0,00 | 1.234.600,80 |
| ALÍQUOTA EFETIVA | 0,00% | 1,82% |

Em 2015, a apuração da base para o cálculo das provisões para pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social parte do Lucro antes dos Impostos e Contribuições onde foram excluídas 99,34% das receitas da CMB por terem caráter de exclusividade. Sendo assim, a base apurada para cálculo das provisões para pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social ficou negativa, o que ocasionou o não registro contábil das supracitadas provisões.

7.8 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

O valor de R\$ 1.606.737,84 (um milhão, seiscentos e seis mil, setecentos e trinta e sete reais e oitenta e quatro centavos) corresponde a outras obrigações de curto prazo com destaque para Depósitos e Cauções no valor de R\$ 1.002.691,21 (um milhão, dois mil, seiscentos e noventa e um reais e vinte e um centavos) relativos às garantias de cumprimento dos contratos celebrados pela CMB com seus fornecedores e prestadores de serviços.

| VALORES (EM R\$) | | |
|----------------------------------|---------------------|---------------------|
| OUTRAS OBRIGAÇÕES | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Outras Obrigações de Curto Prazo | 1.606.737,84 | 2.199.280,94 |
| TOTAL | 1.606.737,84 | 2.199.280,94 |

7.9 – MAIOR E MENOR REMUNERAÇÃO DE EMPREGADO

Em dezembro de 2015 a maior remuneração nesta empresa foi de R\$ 29.003,48 (vinte e nove mil, três reais e quarenta e oito centavos) e a menor foi de R\$ 2.666,52 (dois mil, seiscentos e sessenta e seis reais e cinquenta e dois centavos). A remuneração média dos empregados foi de R\$ 8.619,78 (oito mil, seiscentos e dezenove reais e setenta e oito centavos).

| VALORES (EM R\$) | | |
|-------------------|------------|------------|
| CAPITAL | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Maior Remuneração | 29.003,48 | 26.619,34 |
| Remuneração Média | 8.619,78 | 5.384,09 |
| Menor Remuneração | 2.666,52 | 2.279,50 |

NOTA 8 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE
8.1 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A CMB possui junto ao Banco do Brasil os seguintes empréstimos com finalidade de financiar o seu Capital de Giro:

- R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) sobre o qual os saldos devedores verificados na conta de empréstimos, decorrentes do lançamento do valor emprestado, bem assim das quantias dele oriundas, devidas a título de acessórios, taxas e despesas, incidirão encargos financeiros correspondentes a 110,9% da taxa média dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). O presente contrato compreende duas parcelas iguais, sendo a primeira em 08/06/2017 e a segunda em 08/06/2018, juntamente com todas as responsabilidades dele oriundas, aí compreendidos: principal, comissão, encargos financeiros, outros acessórios e quaisquer despesas, independentemente de qualquer aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial.

- R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) sobre o qual os saldos devedores verificados na conta de empréstimos, decorrentes do lançamento do valor emprestado, bem assim das quantias dele oriundas, devidas a título de acessórios, taxas e despesas, incidirão encargos financeiros correspondentes a 111,9% da taxa média dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Foi antecipada uma parcela de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) em agosto de 2015, visando: reduzir encargos financeiros com endividamento, amortizar o montante de dívida de longo prazo com maior remuneração, avançar resultado financeiro projetado para o exercício de 2015 e viabilizar ganho potencial gerado pelo processo de gestão do Fluxo de Caixa CMB.

- Os referidos encargos dos empréstimos são calculados por dias úteis, mensalmente, a cada data-base, levados a débito da conta vinculada, a cada semestre, no vencimento e na liquidação das dívidas.

| FLUXO FINANCEIRO ESTIMADO - OPERAÇÃO 330.900.704 | | | | | | | |
|--|------------|----------------------|-------------------------|--------------------|----------------|------------------|------------------|
| Data Inicial | Data Final | 14,14% Dias Úteis | %CDI Taxa do Período | Principal + Juros | Principal Pago | Juros | Juros Acumulados |
| 09/07/2015 | 31/07/2015 | 17 | 0,9943% | R\$ 100.000.000,00 | R\$ 0,00 | R\$ 994.332,84 | R\$ 994.332,84 |
| 01/08/2015 | 31/08/2015 | 21 | 1,2297% | R\$ 100.994.332,84 | R\$ 0,00 | R\$ 1.241.954,32 | R\$ 2.236.287,16 |
| 01/09/2015 | 30/09/2015 | 21 | 1,2297% | R\$ 102.236.287,16 | R\$ 0,00 | R\$ 1.257.226,96 | R\$ 3.493.514,12 |
| 01/10/2015 | 31/10/2015 | 21 | 1,2297% | R\$ 103.493.514,12 | R\$ 0,00 | R\$ 1.272.687,42 | R\$ 4.766.201,54 |
| 01/11/2015 | 30/11/2015 | 20 | 1,1708% | R\$ 104.766.201,54 | R\$ 0,00 | R\$ 1.226.630,85 | R\$ 5.992.832,39 |
| 01/12/2015 | 31/12/2015 | 22 | 1,2468% | R\$ 105.992.832,39 | R\$ 0,00 | R\$ 1.321.561,75 | R\$ 7.314.394,15 |

| FLUXO FINANCEIRO ESTIMADO - 330.900.705 | | | | | | | |
|---|------------|----------------------|-------------------------|--------------------|-------------------|------------------|--------------------------|
| Data Inicial | Data Final | 14,14% Dias Úteis | %CDI Taxa do Período | Principal + Juros | Principal Pago | Juros | Juros Acumulados |
| 01/07/2015 | 31/07/2015 | 21 | 1,0033% | R\$ 150.000.000,00 | R\$ 0,00 | R\$ 1.505.011,58 | R\$ 1.505.011,58 |
| 01/08/2015 | 07/08/2015 | 5 | 0,5371% | R\$ 101.505.011,58 | R\$ 50.000.000,00 | R\$ 445.517,49 | R\$ 1.950.529,07 |
| 08/08/2015 | 31/08/2015 | 16 | 1,1262% | R\$ 101.950.529,07 | R\$ 0,00 | R\$ 962.457,14 | R\$ 2.912.986,21 |
| 01/09/2015 | 30/09/2015 | 21 | 1,0278% | R\$ 102.912.986,21 | R\$ 0,00 | R\$ 1.277.027,27 | R\$ 4.190.013,48 |
| 01/10/2015 | 31/10/2015 | 21 | 1,0770% | R\$ 104.190.013,48 | R\$ 0,00 | R\$ 1.292.873,66 | R\$ 5.482.887,14 |
| 01/11/2015 | 30/11/2015 | 20 | 1,1262% | R\$ 105.482.887,14 | R\$ 0,00 | R\$ 1.246.220,59 | R\$ 6.729.107,73 |
| 01/12/2015 | 31/12/2015 | 22 | 0,9786% | R\$ 106.729.107,73 | R\$ 0,00 | R\$ 1.343.528,42 | R\$ 8.072.636,15 |
| TOTAL | | | | | | | R\$ 15.387.030,30 |

8.2 – PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES

A Casa da Moeda do Brasil reconhece e divulga as suas contingências passivas de acordo com os critérios definidos pela Deliberação CVM nº 594/2009, que aprovou o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

A Provisão para Passivos Contingentes no valor de R\$ 5.046.207,39 (cinco milhões, quarenta e seis mil, duzentos e sete reais e trinta e nove centavos) foi constituída conforme avaliação do Departamento Jurídico, sendo classificada como sendo provável saída de recursos, conforme composição abaixo:

| VALORES (EM R\$) | | |
|---------------------------------|---------------------|---------------------|
| PROCESSOS JUDICIAIS - PROVÁVEIS | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Contingência Trabalhista | 4.941.458,02 | 5.708.520,99 |
| Contingência Cível | 104.749,37 | 104.749,37 |
| TOTAL | 5.046.207,39 | 5.813.270,36 |

O saldo das contingências passivas demonstradas no quadro abaixo foi classificado pelo Departamento Jurídico como sendo possível a saída de recursos, esses valores não foram reconhecidos nas Demonstrações Financeiras do exercício de 2015, conforme preceito do Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

| VALORES (EM R\$) | | |
|---------------------------------|----------------------|---------------------|
| PROCESSOS JUDICIAIS - POSSÍVEIS | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Contingência Trabalhista | 137.850,92 | 260.204,50 |
| Contingência Cível | 14.321.496,64 | 9.239.802,86 |
| TOTAL | 14.459.347,56 | 9.500.007,36 |

8.3 – CONTINGÊNCIA FISCAL

Trata-se de pendências fiscais junto aos órgãos da administração pública municipal, as quais não foram provisionadas pelo fato da CMB considerar que há grandes possibilidades de sucesso judicial, conforme demonstrado a seguir:

- Processos Judiciais junto à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, relativa à incidência do ISS sobre produtos que pagam IPI e ICMS.

NOTA 9 – DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Diretoria Executiva em observância ao disposto nos Incisos III e XIII do art. 13 c/c os arts. 18, inciso I, e art. 36 do Estatuto Social da Casa da Moeda do Brasil encaminhou proposta de destinação do Resultado do Exercício de 2015 à apreciação para deliberação e aprovação do Conselho de Administração, a saber:

9 - DESTINAÇÃO DO RESULTADO

| VALORES (EM R\$) | | |
|--|-----------------------|-----------------------|
| DESTINAÇÃO DO RESULTADO | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| 1 - Lucro Líquido do Exercício | 311.356.989,62 | 223.177.649,54 |
| 2 - Reserva Legal Constituída | (15.567.849,48) | (11.158.882,48) |
| 3 - Base de Cálculo para os Dividendos | 295.789.140,14 | 212.018.767,06 |
| 4 - Remuneração a pagar à União | 112.991.451,53 | 80.991.169,02 |
| 4.1 - Dividendo a pagar - Mínimo Legal | 73.947.285,03 | 53.004.691,77 |
| 4.2 - Remuneração Adicional Proposta | 39.044.166,50 | 27.986.477,25 |
| 5 - Reserva para Investimento | 182.797.688,61 | 131.027.598,04 |

A destinação do resultado do exercício realizou-se em conformidade com a Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ICPC 08 (R1).

NOTA 10 – CAPITAL SOCIAL

Com base no Parecer nº 78/2015/COPAR/SUPOF/STN/MF-DF, da Secretaria do Tesouro Nacional, no Ofício SEI nº 26408/2015-MP, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, na Nota PGFN/CAS/1118/2015, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, contidos no Processo nº 10951.000338/2015-61, no Parecer DEJUR nº 001/2016, foi deliberado na 219ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, e após opinião favorável do Conselho Fiscal, foi aprovado o aumento do Capital Social da CMB, sendo mediante a incorporação da Reserva Legal, no montante de R\$ 76.994.736,02 (setenta e seis milhões, novecentos e noventa e quatro mil, setecentos e trinta e seis reais e dois centavos) e da Reserva de Investimento, no montante de R\$ 319.881.879,00 (trezentos e dezoito milhões,

12.4 – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

| COMPOSIÇÃO DO RESULTADO FINANCEIRO | VALORES (EM R\$) | |
|---|------------------------|------------------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Juros sobre Aplicações Financeiras | 40.004.194,28 | 21.604.304,55 |
| Juros sobre Créditos a Receber | 4.134.428,40 | 4.628.089,53 |
| Juros sobre Créditos Tributários | 25.999.635,18 | 16.347.501,24 |
| Outras Receitas Financeiras | 2.311.792,19 | 218.738,26 |
| Variação Cambial sobre Importações e Exportações | 1.861.431,67 | 6.379.868,06 |
| RECEITAS FINANCEIRAS | 74.311.481,72 | 49.178.501,64 |
| Encargos Financeiros sobre Previdência Complementar | (3.669.704,12) | (3.124.388,11) |
| Despesas Financeiras a Liquidar | 0,00 | (4.904.600,00) |
| Variação Cambial sobre Fornecedores no Exterior | (2.952.063,32) | (5.623.139,00) |
| Juros e Encargos Financeiros sobre Dívida Contraída | (32.189.403,42) | (17.831.676,22) |
| Atualização Monetária sobre Dividendos à União | (4.901.552,67) | (21.044.676,65) |
| Outras Despesas Financeiras | (1.122.780,56) | (433.265,89) |
| DESPESAS FINANCEIRAS | (44.835.504,09) | (52.961.745,87) |
| RESULTADO FINANCEIRO | 29.475.977,63 | (3.783.244,23) |

Destacam-se do Resultado Financeiro Líquido, o crescimento dos Juros sobre Aplicação Financeira resultado do aumento do saldo financeiro da mesma; a variação dos Juros sobre Créditos Tributários, oriunda das atualizações dos créditos tributários pela taxa SELIC.

O aumento dos Juros e Encargos Financeiros sobre a Dívida Contraída, resultante da apropriação durante todo o exercício de 2015, de empréstimos de capital de giro no valor de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões) contraídos a partir do 2º semestre de 2014, embora tenha havido o pagamento antecipado de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões) em agosto de 2015 conforme item 8.1 desta nota; e a redução de Juros e Encargos Financeiros relativos ao ano de 2015, devido ao pagamento de dividendos atualizados pela SELIC inferior ao exercício anterior.

NOTA 13 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em conformidade com o Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC 26 (R1), e com base na análise da empresa contratada para serviços de cálculos atuariais, Assistants Consultoria Atuarial Ltda., a CMB, em 2015 apurou o saldo final de R\$ 3.775.356,20 (três milhões, setecentos e setenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e seis reais e vinte centavos) em Outros Resultados Abrangentes referente a 50% do superávit atuarial apurado na Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil – CIFRÃO. Valor este já líquido do contrato de dívida e calculado de acordo com o item 58 do Pronunciamento Contábil – CPC 33 (R1). Comparativamente ao valor registrado de déficit em 2014, na ordem de R\$ 74.594.856,00 (setenta e quatro milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, oitocentos e cinquenta e seis reais), o resultado apurado em 2015 representa aumento de R\$ 78.370.212,20 (setenta e oito milhões, trezentos e setenta mil, duzentos e doze reais e vinte centavos) na parcela de 50% do superávit atuarial apurado na CIFRÃO.

NOTA 14 – RESPONSABILIDADE COM TERCEIROS

A empresa possui sob sua guarda e/ou custódia, metais nobres (Ouro, Platina, Paládio e Prata) de propriedade de terceiros, com registro em contas de compensação.

NOTA 15 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Casa da Moeda do Brasil mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável” e plano de assistência médica. O reconhecimento destes benefícios se dá pela forma disposta pela Deliberação CVM nº 695, de 13/12/2012, que aprovou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

NOTA 16 – OBRIGAÇÕES COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA

Na forma preconizada pela Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012, que aprovou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, são apresentadas a seguir as informações sobre o programa de benefícios pós-emprego da Casa da Moeda do Brasil – CMB. A avaliação atuarial foi realizada pela Assistants Assessoria, Consultoria e Participações Ltda. - ASSISTANTS, com base em informações fornecidas pela Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil - CIFRÃO e pela Casa da Moeda do Brasil - CMB.

16.1. Descrição geral das características dos planos de Benefícios
a) Programa Previdenciário

A Casa da Moeda do Brasil – CMB é uma das patrocinadoras da Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil – CIFRÃO, pessoa jurídica sem fins lucrativos que tem por finalidade administrar planos de caráter previdenciário, instituídos sob legislação específica (Leis Complementares nº 108 e 109, ambas de 29.05.2001). Segundo esses normativos, as entidades fechadas de previdência complementar são constituídas sob contribuições de empregados e empregadores, sob regime de capitalização, com regulamentação própria e geridos de forma independente.

Atualmente, a entidade administra dois planos de benefícios: o Plano de Benefício Definido Cifrán – PBDC e o Plano MoedaPrev, instituído na modalidade de contribuição variável.

O plano PBDC encontra-se fechado para novas adesões desde 27 de janeiro de 2011 e seu estágio atual é de maturidade. O caráter previdenciário do plano objetiva conceder aos participantes uma suplementação vitalícia de um benefício básico previdencial, sendo prevista a concessão dos seguintes benefícios:

- 1) Suplementação de aposentadoria por tempo de serviço (ou contribuição), inclusive sob a forma antecipada;
- 2) Suplementação de aposentadoria por invalidez;
- 3) Suplementação de aposentadoria por velhice (idade);
- 4) Suplementação de aposentadoria especial;
- 5) Suplementação de auxílio-doença;
- 6) Suplementação de pensão;
- 7) Suplementação de abono anual.

Em relação ao MoedaPrev, a CIFRÃO instituiu o plano em 02 de setembro de 2010, no modelo de contribuições variáveis durante a fase de capitalização, cuja característica principal é o de assegurar uma renda na inatividade como contrapartida a contribuições prévia e paritariamente fixadas para a empresa e para os participantes.

Prevalece o regime atuarial de capitalização e com avaliações periódicas realizadas em conformidade com a legislação da previdência complementar fechada, reportadas ao órgão de fiscalização.

Somente está avaliado o Plano de Benefício Definido mantido pela Entidade.

b) Plano de Assistência Médica

A Casa da Moeda do Brasil também é mantenedora de um plano de saúde a favor de seus empregados, porém contratado sob o modelo de faixas etárias, o que não caracteriza risco de subsídio indireto da empresa aos empregados inativos. O plano de saúde não foi incluído na avaliação de benefícios pós-emprego.

16.2. Análise da obrigação atuarial

A CMB adota os procedimentos recomendados pelas Normas Internacionais de Contabilidade emanadas pelo IASB - International Accounting Standards Board, uma entidade privada sem fins lucrativos, com sede em Londres, que atua na padronização de normas contábeis com o objetivo de permitir análises comparativas globais, deve avaliar as obrigações assumidas em relação aos benefícios pós-emprego mantidos a favor de seus colaboradores, tais como planos previdenciários, planos de assistência médica, seguros de vida, entre outros (formais ou informais). A adoção das normas do IASB pela CMB permite o melhor entendimento de suas operações e assegura os padrões necessários à credibilidade da Instituição. O trabalho de padronização do IASB tem o apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Bank for International Settlements (BIS) e do Banco Mundial (BIRD), que vêm incentivando a adoção das normas pelas empresas, governos e organismos normatizadores nacionais.

Em 31/12/2015, o valor presente das obrigações da CMB, segundo as normas acima mencionadas, para com o programa previdenciário era de R\$ 434.104.103,33 (quatrocentos e trinta e quatro milhões, cento e quatro mil, cento e três reais e trinta e três centavos). Os ativos acumulados e investidos no mercado financeiro através da CIFRÃO, na mesma data, montavam R\$ 272.171.855,73 (duzentos e setenta e dois milhões, cento e setenta e um mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e setenta e três centavos), revelando pois, um déficit de cobertura de R\$ 60.637.096,80 (sessenta milhões, seiscentos e trinta e sete mil, noventa e seis reais e oitenta centavos). Dada as características do plano, que permite o rateio do déficit junto aos participantes em proporções iguais, e ao avançado estágio de aprovação deste junto à PREVIC, a Casa da Moeda do Brasil opta por registrar 50% do déficit apurado, entendendo ser o restante devido pelos participantes do Plano de Benefício Definido.

Para a estimativa das obrigações de longo prazo, a ASSISTANTS utilizou o método do Crédito Unitário Projetado. Esse método (também conhecido como método de benefícios acumulados com pró-rata de serviço ou como método benefício/anos de serviço) considera cada período de serviço como dando origem a uma unidade adicional de direito ao benefício e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final.

16.2.1 – Conciliação da obrigação de benefício definido e do valor justo dos ativos

| Valores em R\$ | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|---|-----------------------|-----------------------|
| Obrigações no início do Exercício | 510.420.312,00 | 457.808.780,00 |
| Custo do Serviço | 8.807.342,00 | 10.540.497,00 |
| Juros líquidos sobre a obrigação atuarial | 66.419.804,95 | 56.375.101,00 |
| (Ganhos)/Perdas Atuariais | (129.187.444,76) | 4.412.551,00 |
| (-) Benefícios Pagos | (22.355.910,86) | (18.716.617,00) |
| Obrigações no final do Exercício | 434.104.103,33 | 510.420.312,00 |

| Valores em R\$ | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|--|------------------------|-------------------------|
| Ativos Financeiros no Início do Exercício | 252.587.872,00 | 232.543.788,00 |
| Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros | 32.935.841,95 | 28.635.710,00 |
| Contribuições Patronais | 8.442.616,00 | 7.659.984,00 |
| Contribuições Participantes | 7.211.030,12 | 7.703.926,00 |
| (-) Benefícios Pagos | (22.355.910,86) | (18.716.617,00) |
| Ganhos/(Perdas) Financeiras | (6.649.593,48) | (5.238.919,00) |
| Ativos Financeiros no Final do Exercício | 272.171.855,73 | 252.587.872,00 |
| (Déficit)/Superávit apurado | (161.932.247,60) | (257.832.441,00) |
| Risk Sharing | 80.966.123,80 | 128.916.220,00 |
| Contrato de dívida contratado e já registrado (*) | 20.329.027,00 | 23.757.601,00 |
| (Déficit)/Superávit ao final do Exercício | (60.637.096,80) | (105.158.619,00) |

(*) A CMB assinou, em 12/12/2000, contrato de Reconhecimento e Parcelamento do Pagamento do Déficit Atuarial Residual da CIFRÃO, no valor de R\$ 27.884.027,89 (vinte e sete milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, vinte e sete reais e oitenta e nove centavos), referenciado a 30 de junho de 2000. A amortização dessa obrigação iniciou-se a partir de janeiro de 2001, mediante o pagamento de 216 prestações mensais, no valor de R\$ 208.921,14 (duzentos e oito mil, novecentos e vinte e um reais e quatorze centavos), atualizadas pelo INPC mais juros de 6% ao ano.

16.2.2 – Composição das Obrigações de Curto e Longo Prazo

| Valores em R\$ | 31/12/2015 |
|--|----------------------|
| Total do Contrato de Dívida junto à Cifrán | 20.329.027,48 |
| Parcela do Contrato de Dívida reconhecida no Passivo Circulante | (6.768.679,75) |
| Parcela do contrato de dívida reconhecida no Passivo Não Circulante | 13.560.347,73 |
| Passivo atuarial ao Final do Exercício | 60.637.096,80 |
| Obrigações com Entidade de Previdência Privada - Longo Prazo | 74.197.444,53 |

O valor atualizado da obrigação do Déficit Atuarial Residual da CIFRÃO, registrado em 31/12/2015, totaliza R\$ 20.329.027,48 (vinte milhões, trezentos e vinte e nove mil, vinte e sete reais e quarenta e oito centavos), sendo que R\$ 6.768.679,75 (seis milhões, setecentos e sessenta e oito mil, seiscentos e setenta e nove reais e cinco centavos) vencem no exercício de 2016.

16.3 – Montantes reconhecidos na Demonstração de Resultados e no Patrimônio Líquido

| Despesa a ser reconhecida em 2016 | | Em R\$ |
|---|--|----------------------|
| Saldos | | |
| Custo do serviço corrente | | 6.863.076,00 |
| Custo líquido de juros sobre as obrigações atuariais | | 57.647.956,00 |
| (-) Contribuições esperadas de participantes | | (8.545.425,00) |
| (-) Rentabilidade líquida sobre os ativos financeiros | | (36.892.959,00) |
| Total da despesa/(receita) apurada | | 19.072.648,00 |
| Risk Sharing | | 9.536.324,00 |
| Despesa/(Receita) a ser reconhecida no próximo exercício | | 9.536.324,00 |

| Reconhecimento em Outros Resultados Abrangentes – ORA | |
|---|------------------------|
| Saldos | Em R\$ |
| Saldo no início do exercício | 74.594.856,00 |
| Total dos Ganhos apurados no ano | (78.370.212,20) |
| 50% do (ganho)/perda no valor das obrigações | (64.593.722,38) |
| 50% do (ganho)/perda dos ativos financeiros | 3.652.922,30 |
| 50% do custo do ano | (16.924.344,50) |
| 50% da contribuição dos participantes | (3.933.640,62) |
| Variação do contrato de dívida | 3.428.573,00 |
| Saldo Final dos ano | (3.775.356,20) |

16.4 – Reconciliação e Demonstração do Passivo Líquido

| Reconciliação do Passivo Líquido | | 31/12/2015 |
|--|--|------------------------|
| | | Em R\$ |
| Passivo avaliado no início do Exercício | | 105.158.619,00 |
| (Ganho)/perda a ser reconhecido em ORA | | (78.370.212,20) |
| Despesa/(receita) reconhecida durante o exercício | | 33.848.689,00 |
| Custo do serviço corrente | | 8.807.342,00 |
| Juros sobre a obrigação atuarial | | 66.419.804,95 |
| (-) Rendimento esperado sobre os investimentos | | (32.935.841,95) |
| (-) Contribuições da Patrocinadora | | (8.442.616,00) |
| Passivo Atuarial Líquido no final do exercício | | 60.637.096,80 |

| Demonstração do Passivo | | 31/12/2015 |
|---|--|----------------------|
| | | Em R\$ |
| Déficit apurado na Avaliação Atuarial | | 60.637.096,80 |
| (+) Contrato de dívida | | 20.329.027,48 |
| Total do Passivo (Circulante e Não Circulante) | | 80.966.124,28 |

16.5 – Valor Justo dos ativos no plano

| Ativos Financeiros CIFRÃO – 31/12/2015 Em (R\$) | |
|---|-----------------------|
| Fundos de Investimento | 250.635.054,98 |
| Investimentos Imobiliários | 10.864.486,78 |
| Empréstimos e Financiamentos | 10.618.480,35 |
| Outros | 79.079,54 |
| Tesouraria | 952,40 |
| (-) Outras exigibilidades | (26.198,32) |
| Ativo Líquido | 272.171.855,73 |

16.5.1 – Abertura dos (ganhos) e perdas do exercício de 2015

| Valores Em R\$ | Impacto |
|---|------------------------|
| Alteração da premissa de crescimento salarial | (16.078.239,83) |
| Aumento da taxa de desconto | (35.270.043,56) |
| Alteração da tabela mortalidade | (8.411.489,20) |
| Alteração da tabela de entrada em invalidez | (15.502.330,35) |
| Alteração na regra previdenciária INSS | (17.900.345,20) |
| Rentabilidade real da carteira | (25.629.997,35) |
| Contribuições de participantes | (7.867.281,24) |
| Outras variações demográficas | 1.520.174,42 |
| Ajustes relativos ao Risk Sharing contabilizado | 46.769.340,11 |
| (Ganho)/Perda ao final do exercício | (78.370.212,20) |

16.6 – Premissas adotadas
16.6.1 – Taxa de Juros de Longo Prazo

O método utilizado para cálculo da taxa de desconto foi a “Duration” baseada nos fluxos futuros de pagamento de benefícios. Esse método está de acordo com as normas nacionais e internacionais que versam sobre o tema.

A seguir, o fluxo estimado de pagamentos e a taxa correspondente de NTN-B, dada pela ANBIMA:

| Ano | Valor Presente dos Pagamentos | NTN-B indicativa | Ano | Valor Presente dos Pagamentos | NTN-B indicativa |
|------|-------------------------------|------------------|--------------|-------------------------------|------------------|
| 2016 | 27.704.315,24 | 6,00% | 2037 | 5.646.338,53 | 7,44% |
| 2017 | 27.098.597,77 | 6,53% | 2038 | 4.924.122,45 | 7,44% |
| 2018 | 25.543.176,65 | 7,03% | 2039 | 4.078.235,38 | 7,44% |
| 2019 | 24.706.034,96 | 7,31% | 2040 | 3.535.293,80 | 7,36% |
| 2020 | 23.295.491,90 | 7,31% | 2041 | 1.940.974,87 | 8,36% |
| 2021 | 21.801.190,49 | 7,31% | 2042 | 1.259.320,53 | 9,36% |
| 2022 | 21.104.370,23 | 7,40% | 2043 | 760.921,29 | 10,36% |
| 2023 | 20.283.413,68 | 7,43% | 2044 | 442.520,29 | 11,36% |
| 2024 | 19.570.195,06 | 7,35% | 2045 | 1.002.601,42 | 7,35% |
| 2025 | 18.250.109,66 | 7,35% | 2046 | 637.336,33 | 8,35% |
| 2026 | 17.070.313,56 | 7,35% | 2047 | 370.562,13 | 9,35% |
| 2027 | 15.603.006,05 | 7,35% | 2048 | 213.057,80 | 10,35% |
| 2028 | 14.389.793,97 | 7,35% | 2049 | 114.076,15 | 11,35% |
| 2029 | 13.030.573,41 | 7,35% | 2050 | 287.975,67 | 7,26% |
| 2030 | 12.024.430,10 | 7,36% | 2051 | 209.246,17 | 7,26% |
| 2031 | 11.170.383,59 | 7,36% | 2052 | 146.229,86 | 7,26% |
| 2032 | 9.987.716,34 | 7,36% | 2053 | 101.227,21 | 7,26% |
| 2033 | 9.275.187,33 | 7,36% | 2054 | 88.369,08 | 7,26% |
| 2034 | 8.301.237,04 | 7,36% | 2055 | 41.834,48 | 7,21% |
| 2035 | 7.167.876,91 | 7,44% | TOTAL | 379.594.867,33 | 7,43% |
| 2036 | 6.417.209,94 | 7,44% | | | |

16.6.2 – Inflação

A taxa de inflação aplicada nas projeções de curto prazo, quando requerida no processo de avaliação atuarial, foi de 6,5% para 2016, conforme indicação do Banco Central do Brasil.

16.6.3 – Taxa Real de Crescimento Salarial

A premissa crescimento salarial de longo prazo foi determinada a partir da política de reajuste salarial da Patrocinadora, bem como pela análise das taxas utilizadas pelo mercado, principalmente por empresas estatais patrocinadoras de planos de previdência, o que resultou em uma taxa anual de 2%.

16.6.4 – Taxa de Rotatividade

A avaliação atuarial dos programas tem por base o princípio da continuidade empresarial. A taxa de rotatividade adotada nas avaliações é nula.

16.6.5 – Tabelas Biométricas

As massas populacionais vinculadas aos programas de benefícios pós-emprego da CMB foram testadas através de “teste de aderência” e demonstraram índices de sobrevivência compatíveis com a tabela GAM-94 Female, pelo histórico dos últimos 5 anos avaliados. Pelos mesmos critérios foram utilizadas as tabelas Álvaro Vindas, para entrada em invalidez e GAM-94 Female para mortalidade de inválidos.

16.6.6 – Fatores de Capacidade de Salários e de Benefícios

No programa de previdência privada, considerando a inflação anual projetada de 6,5% e seu efeito sobre salários e benefícios, esses fatores foram determinados em 0,9681.

16.6.7 – Projeções de Vínculos Futuros

Para efeito de estimação de vínculos e características etárias futuras, os padrões adotados foram:

Servidores com cônjuges no período pós-emprego: 95%

Diferença de idade entre servidores e cônjuges: 4 anos a mais para homens.

Desta forma, de acordo com as hipóteses anteriormente descritas, o resultado da avaliação pode ser assim resumido:

| Empregados em atividade | | | | |
|-------------------------|------------------|--------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| Faixa etária | Nº participantes | Idade média (anos) | Tempo médio de empresa (anos) | Salário médio informado (R\$) |
| 26-35 anos | 1 | 33,94 | 13,83</ | |

| Sensibilidade do crescimento salarial sobre as obrigações calculadas | | |
|--|--------------------|-----------|
| Taxa | Total da Obrigação | Varição % |
| Real | 434.104.103 | - |
| Aumento (1%) | 442.124.016 | 2% |
| Redução (1%) | 426.444.166 | -2% |

16.8 – Limites e Extensão dos Resultados

Os trabalhos da ASSISTANTS foram baseados nas informações cadastrais, financeiras e contábeis encaminhadas pela empresa, exclusivamente para a data-base de 31 de dezembro de 2015, e tiveram como objetivo o cálculo dos passivos relacionados aos benefícios pós-emprego mantidos pela Casa da Moeda do Brasil a favor de seus empregados e ex-empregados, em atendimento às normas nacionais e internacionais de contabilidade, a saber: CPC nº 33 (R1) e IAS19-R respectivamente. Esta avaliação foi conduzida em conformidade com as normas atuariais e contábeis vigentes que compreenderam ainda: o planejamento dos trabalhos, considerando as práticas formais e informais da empresa mantidas e informadas pela administração; os testes de consistência da base cadastral relativa aos empregados ativos, aos aposentados e pensionistas dos planos; a definição das hipóteses atuariais com base nos testes de aderência realizados pela Entidade de Previdência Complementar; e a definição das hipóteses financeiras, em conjunto com a empresa, para estimativa futura de benefícios e salários.

Não fez parte do escopo desta análise: auditoria dos ativos financeiros; auditoria dos benefícios concedidos e pagos pela Entidade de Previdência Complementar; e auditoria dos dados cadastrais e balancetes contábeis disponibilizados pela CIFRÃO.

Mantendo o critério adotado nos exercícios anteriores, a Casa da Moeda do Brasil optou por descontar do déficit total apurado a parcela correspondente aos participantes, reduzindo o passivo total em R\$ 80.966.123,80 (oitenta milhões, novecentos e sessenta e seis mil, cento e vinte e três reais e oitenta centavos).

Como consequência da paridade adotada, o saldo de Outros Resultados Abrangentes foi readequado, descontando-se 50% dos ganhos e perdas apurados no exercício, atribuídos aos participantes.

Para o exercício de 2015, algumas premissas técnicas foram readequadas, em consonância com os testes de aderência realizados pela Entidade de Previdência Complementar (CIFRÃO), as quais geraram impactos positivos nos resultados da Avaliação Atuarial. Dentre as principais premissas destacamos: redução da taxa de crescimento salarial de 3,5% a.a. para 2% a.a., gerando um ganho de R\$ 16.078.239,83 (dezesseis milhões, setenta e oito mil, duzentos e trinta e nove reais e oitenta e três centavos); alteração da tábuas de entrada em invalidez resultando em um ganho de R\$ 15.502.330,35 (quinze milhões, quinhentos e dois mil, trezentos e trinta reais e trinta e cinco centavos); alteração da taxa de desconto, gerando um impacto positivo de R\$35.270.043,56 (trinta e cinco milhões, duzentos e setenta mil, quarenta e três reais e cinquenta e seis centavos); mudança nas regras previdenciárias do INSS, gerando um ganho de R\$ 17.900.345,20 (dezesete milhões, novecentos mil, trezentos e quarenta e cinco reais e vinte centavos) e alteração da tábuas geral de mortalidade de AT2000 para GAM-94, gerando um ganho de R\$ 8.411.489,20 (oito milhões, quatrocentos e onze mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e vinte centavos); rentabilidade real dos ativos financeiros do plano, no montante de R\$ 25.629.997,35 (vinte e cinco milhões, seiscentos e vinte e nove mil, novecentos e noventa e sete reais e trinta e cinco centavos); entrada de contribuições de participantes, totalizando R\$ 7.867.281,24 (sete milhões, oitocentos e sessenta e sete mil, duzentos e oitenta e um reais e vinte e quatro centavos); variações demográficas da carteira, gerando um impacto negativo de R\$ 1.520.174,00 (um milhão, quinhentos e vinte mil e setenta e quatro reais). Além dos efeitos da mudança das premissas técnicas citadas, o saldo da conta de Outros Resultados Abrangentes refletiu ainda a paridade de equacionamento do déficit apurado (risk sharing), de responsabilidade dos participantes, conforme acordo já assinado junto à Previc, totalizando uma perda de R\$ 46.769.340,11 (quarenta e seis milhões, setecentos e sessenta e nove mil, trezentos e quarenta reais e onze centavos). Esses efeitos, somados, refletiram na inversão do saldo apurado em 2014, saindo do valor devedor de R\$ 74.594.856,00 (setenta e quatro milhões, quinhentos e noventa e quatro mil e oitocentos e cinquenta e seis reais) para credor em R\$ 3.775.356,20 (três milhões, setecentos e setenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e seis reais e vinte centavos) em 2015.

Assim, tais resultados, refletem com propriedade os passivos de longo prazo assumidos pela Casa da Moeda do Brasil relativos aos benefícios pós-emprego, estando adequadamente calculados sob o formato atuarial e devidamente refletidos em suas demonstrações contábeis, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

NOTA 17 – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT DO PLANO DE BENFÍCIO DEFINIDO CIFRÃO (PBDC)

A Casa da Moeda do Brasil (CMB), a Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil (CIFRÃO) e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) celebraram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), publicado no Diário Oficial da União em 19/12/2014, por meio do qual foi estabelecido um compromisso para o equacionamento do déficit do Plano Benefício Definido Cifirão (PBDC) e foi fixado um cronograma de execução e implementação das medidas propostas. O prazo se encerra 540 (quinhentos e quarenta) dias contados da data da publicação.

Pelo objeto do TAC, os compromissários devem equacionar a situação deficitária do Plano PBDC por meio da migração voluntária dos seus participantes, ativos e assistidos, para o Plano de Contribuição Variável – MoedaPrev, administrado pela CIFRÃO.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis da CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho Fiscal da CASA DA MOEDA DO BRASIL – CMB, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, tomando por base o Parecer da Auditoria Interna, de 19 de fevereiro de 2016, e o Relatório da Empresa de Auditoria Independente MACIEL AUDITORES S/S EPP, de 19 de fevereiro de 2016.

Tomou conhecimento da seguinte proposta de Destinação do Resultado:

| | |
|-------------------------------------|----------------------|
| Lucro Líquido do Exercício de 2015 | R\$ 311.356.989,62 |
| Reserva Legal Constituída | (R\$ 15.567.849,48) |
| Base de Cálculo para os Dividendos | R\$ 295.789.140,14 |
| Resultado Atribuído à União (38,2%) | R\$ 112.991.451,53 |
| Reserva para Investimento | R\$ 182.797.688,61 |

Assim sendo, o Conselho Fiscal, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da CMB.

Adicionalmente, também por unanimidade, manifesta-se favoravelmente à aprovação das propostas de Destinação de Resultados do Exercício de 2015.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2016.

Vinicius Mendonça Neiva
Presidente do Conselho Fiscal

Marcelo Ramos de Mello
Conselheiro

Julio Alexandre Menezes da Silva
Conselheiro

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho de Administração da Casa da Moeda do Brasil, reunido em 24/02/2016, no uso de suas atribuições estatutárias e conforme consta do Registro de Atas,

RESOLVE:

Aprovar a proposta das "Demonstrações Financeiras – Exercício 2015", na forma do Voto/CA/CMB nº 006/2016, de 24/02/2016 e Ata da 2ª Reunião Extraordinária do CONSAD.

Julio Cesar Costa Pinto
Presidente

Maurício Visconti Luz
Membro Nato

Luiz Edson Feltrim
Conselheiro

Vânia Lúcia Ribeiro Vieira
Conselheiro

Bruno Cesar de Almeida Brabo
Conselheiro Suplente

No exercício de 2015 o processo do TAC foi analisado pelo Ministério da Fazenda, que se manifestou favoravelmente a celebração do termo em questão, por meio do Parecer nº 10/2015/GEROB/COFIS/SUPOFSTN-MF, de 29/09/2015, desde que atendidas algumas recomendações. Atualmente o processo encontra-se no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, sob análise do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST.

Cabe informar que existe a recomendação da Auditoria Externa, Maciel Auditores, para que a Casa da Moeda do Brasil efetivamente implemente o plano de amortização conforme estipulado pelo TAC, bem como que verifique periodicamente a aderência efetiva das novas premissas atuariais adotadas haja vista o expressivo ganho atuarial conquistado.

NOTA 18 – OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Em conformidade com o Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC 26 (R1) a CMB e com base na análise da ASSISTANTS, apurou o saldo de R\$ 3.775.356,20 (três milhões, setecentos e setenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e seis reais e vinte centavos) como Outros Resultados Abrangentes referente ao superávit apurado na CIFRÃO, valor este já líquido do contrato de dívida e calculado de acordo com o item 58 do Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC 33 (R1) apresentado nesta nota.

NOTA 19 – FATOS RELEVANTES

Em atendimento a recomendação constante do Relatório de Auditoria nº 201501301, da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União, de 03/06/2015, a Casa da Moeda do Brasil revisitou todos os valores a receber objetos de ações judiciais, suas rotinas e controles para somente reconhecer créditos *sub judice*, no ativo da CMB, após o trânsito em julgado, conforme Ofício Circular SEP SNC 02/2011, da CVM, em consonância com as boas práticas de governança aplicáveis.

NOTA 20 – EVENTO SUBSEQUENTE

A Casa da Moeda do Brasil, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa, vinculada ao Ministério da Fazenda, é uma Empresa Estatal não dependente, com geração de recursos próprios provenientes de suas atividades operacionais realizadas em âmbito nacional e internacional, não pertencendo ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS, pertencendo ao Orçamento de Investimento do Poder Executivo Federal.

No início do exercício de 1999, a CMB passou a utilizar o Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI na modalidade Total, decorrente da determinação contida na Portaria nº 272, de 13/10/1998, do Ministério da Fazenda.

A partir de janeiro de 2015, com a implementação do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) alterando diversas rotinas contábeis e não atendendo as peculiaridades da CMB enquanto empresa industrial, tornou-se imprescindível a implementação do módulo contábil do sistema integrado ERP/TOTVS, alterando a utilização da modalidade do SIAFI Total para o SIAFI Parcial.

O processo de migração iniciou-se durante o exercício de 2015 com a contratação de consultoria especializada e está sendo implementado oficialmente a partir de janeiro de 2016.

Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 2015.

MAURÍCIO VISCONTI LUZ
PRESIDENTE

CPF Nº 016.724.227-01

VAGNER DE SOUZA LUCIANO
DIRETOR DE GESTÃO

CPF Nº 473.420.481-00

LARA CARACCILO AMORELLI
DIRETORA DE PASSAPORTES E IMPRESSOS

CPF Nº 973.066.737-34

ROBERTO ALFREDO PAULO
DIRETOR DE SELOS

CPF Nº 724.197.417-49

PAULO RICARDO DE MATTOS FERREIRA
DIRETOR DE CÉDULAS E MOEDAS

CPF Nº 744.008.607-44

MARCOS PAULO MARTINS DOS SANTOS
CONTADOR

CPF: 042.969.697-30

CRC - RJ: 089901/O-9

utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis representam adequadamente, a posição patrimonial e financeira da CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/2015, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias de grande porte e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, RJ, 19 de fevereiro de 2016.

MACIEL AUDITORES S/S EPP
CRC/RS 5.460/O-0 - "S" - RJ

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
CRC/RS 71.505/O-3 - "S" - RJ

Responsável Técnico

ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO
CRC/RS 65.932/O-7 - "S" - RJ

Responsável Técnica

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho Fiscal da CASA DA MOEDA DO BRASIL – CMB, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório de Administração da Casa da Moeda do Brasil – Exercício de 2015.

Assim sendo, o Conselho Fiscal, por unanimidade, manifesta-se favoravelmente à aprovação do Relatório de Administração de 2015 da Casa da Moeda do Brasil.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2016.

Vinicius Mendonça Neiva
Presidente do Conselho Fiscal

Marcelo Ramos de Mello
Conselheiro

Julio Alexandre Menezes da Silva
Conselheiro

APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Casa da Moeda do Brasil, reunido em 24/02/2016, no uso de suas atribuições estatutárias e conforme consta do Registro de Atas,

RESOLVE:

Aprovar o "Relatório de Administração – Exercício 2015", na forma do Voto/CA/CMB nº 005/2016, de 24/02/2016 e Ata da 2ª Reunião Extraordinária do CONSAD.

Julio Cesar Costa Pinto
Presidente

Maurício Visconti Luz
Membro Nato

Luiz Edson Feltrim
Conselheiro

Vânia Lúcia Ribeiro Vieira
Conselheiro

Bruno Cesar de Almeida Brabo
Conselheiro Suplente